



UFSM

Dissertação de Mestrado

**A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL
EM FIGURAS FEMININAS DE ALUÍSIO AZEVEDO**

Graciela Dresch

PPGL

Santa Maria, RS, Brasil

2005

**A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL
EM FIGURAS FEMININAS DE ALUÍSIO AZEVEDO**

por
Graciela Dresch

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Literários, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras.**

PPGL

Santa Maria, RS, Brasil

2005

AGRADECIMENTOS

Ao professor Orlando, pela oportunidade.

À minha família, pelo apoio.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
1 INTRODUÇÃO.....	8
2 O AMBIENTE NATURALISTA E A FILOSOFIA POSITIVISTA.....	12
2.1 O Realismo/Naturalismo no Brasil.....	12
2.2 O Positivismo e sua influência sobre os intelectuais brasileiros.....	18
3 A PERSONAGEM E A MULHER DO SÉCULO XIX	27
3.1 A histérica como um <i>tipo</i>	27
3.2 A construção da identidade da mulher do século XIX.....	31
4 NAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL.....	42
4.1 O despertar da consciência nacional na literatura	42
4.2 A visão do caráter nacional no século XIX.....	48
5 O RETRATO DA NAÇÃO DECADENTE EM <i>O MULATO</i>	59
5.1 Racismo e hipocrisia na sociedade maranhense	59
5.2 Romantismo e histeria na figura de Ana Rosa.....	64

6 ESPAÇOS DIVERGENTES EM CASA DE PENSÃO	70
6.1 A comercialização da virtude.....	70
6.2 Exaltação à maternidade	79
7 A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA EM O CORTIÇO	85
7.1 Vencedores e vencidos	85
7.2 O universo feminino em diferentes cores.....	89
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL EM FIGURAS FEMININAS DE ALUÍSIO AZEVEDO

Autora: Graciela Dresch
Orientador: Orlando Fonseca
Santa Maria, junho de 2005.

Este trabalho tem como objetivo principal investigar a representação da identidade nacional em figuras femininas de Aluísio Azevedo. Uma vez que os romances analisados são classificados como naturalistas, faz-se necessário um estudo das principais características do Naturalismo, movimento que se desenvolveu no Brasil nos últimos decênios do século XIX. Além disso, pelo fato do período em questão e do autor terem sido influenciados pelas idéias de Comte, Darwin, Renan, Spencer, a abordagem escolhida para o estudo das obras analisa criticamente o Positivismo. É possível encontrar na obra de Aluísio Azevedo elementos citados por diversos pensadores como as bases que formam uma nação, os quais, aliados a uma descrição minuciosa da realidade, característica do Realismo/Naturalismo, possibilitam discutir nela a construção da identidade nacional. Verifica-se ainda que nos romances *O mulato*, *Casa de pensão* e *O cortiço*, as personagens femininas são bastante expressivas. Assim, com ênfase nos aspectos de construção de identidade nacional e gênero, faz-se uma releitura dessas obras, abordando questões referentes ao meio, à raça e ao momento.

ABSTRACT

Master Dissertation in Letters
Post-Graduation Program in Letters
Santa Maria Federal University, RS, Brazil

THE REPRESENTATION OF NATIONAL IDENTITY IN FEMALE FIGURES OF ALUÍSIO AZEVEDO

Author: Graciela Dresch

Advisor: Orlando Fonseca

Santa Maria, June, 2005.

This research has as objective to investigate on the representation of national identity in female characters of Aluísio Azevedo. Once the analyzed novels are classified as naturalists, it is necessary a study of the main features of Naturalism, movement developed in Brazil in the last decades of the nineteenth century. Moreover, by the fact that the referred period and the author had been influenced by the ideas of Comte, Darwin, Renan, Spencer, the selected approach to the study of the novels analyzes critically the Positivism. It is feasible to find out in the work of Aluísio Azevedo some elements considered by many scholars as the basis that form a nation, and that makes possible to discuss about the construction of national identity. Also, it can be noticed that in the novels *O mulato*, *Casa de pensão* and *O cortiço*, the female characters are very expressive. Therefore, with some emphasis in the aspects of national identity construction and gender, a critical reading of those novels can be made, mentioning aspects concerned with environment, race and moment.

1 INTRODUÇÃO

Toda a identidade, seja de uma pessoa, seja de uma nação, é marcada pela diferença em relação ao outro. Desse processo, naturalmente, fazem parte a exclusão e a negação. Numa cultura ocidental, predominantemente branca e masculina, “os outros” são os orientais, as minorias étnicas, os homossexuais e as mulheres. Estas, sobretudo, apesar das mudanças que ocorreram no seu papel social, dos méritos e conquistas, ainda são prisioneiras de estereótipos, mitos e antigas concepções enraizadas numa sociedade historicamente patriarcal e machista.

Tal como os demais grupos e indivíduos, a mulher também passou e ainda passa por um processo de construção de identidade. Isso porque identidades não são fixas e prontas; elas são mutantes, fluidas, cambiantes, alteráveis ou não de acordo com as diferentes situações da vida. Mas, além de ter seu próprio caminho a seguir, a mulher é parte essencial de uma esfera maior: a nação.

Portanto, é viável estabelecer uma ligação entre a mulher e seu país, na busca de similaridades no processo de construção dessas identidades. E esse vínculo pode ser encontrado em obras literárias, as quais, muitas vezes, são retratos fiéis da sociedade de uma época. Nos romances, de modo geral, os fatos e as ações acontecem num determinado lugar, num

certo momento, quando personagens, cujas identidades são dadas a conhecer, interagem entre si e com o meio, construindo relações.

Assim, neste estudo, tenciona-se analisar a representação da identidade nacional em personagens femininas de três importantes obras do escritor naturalista Aluísio Azevedo: *O mulato* (1881), *Casa de pensão* (1884) e *O cortiço* (1890). A escolha do autor certamente não foi aleatória. Deve-se ao fato de Aluísio Azevedo pertencer à escola realista/naturalista, que buscava representar detalhadamente a sociedade do século XIX, com seus tipos e mazelas. Além disso, o autor dispõe de uma galeria de personagens femininas fortes e significativas.

A leitura e a interpretação desses romances foram norteadas pela análise crítica da linha positivista. Isso porque a doutrina positivista esteve em seu auge naquela época e embasou o pensamento de vários membros da elite intelectual no Brasil, inclusive o de Aluísio Azevedo. Não só o Positivismo, mas também outras idéias e teses de cunho científico e sociológico consideradas importantes naquele momento são mencionadas e utilizadas como apoio no estudo das obras.

De cada um desses romances, foram selecionadas figuras femininas, protagonistas ou não, expressivas e representativas da sociedade e dos costumes da época. São elas: Ana Rosa, de *O mulato*; Amélia e Ângela, de *Casa de pensão*; Estela, Bertoleza e Rita Baiana, de *O Cortiço*.

Ambientados na zona urbana, no século XIX, envolvendo personagens de variadas classes sociais, os romances espelham diferentes realidades que se constituem na nação brasileira. A maneira como a identidade dessa jovem nação é construída nos romances pode ser diretamente vinculada às identidades femininas retratadas pelo autor naturalista em suas personagens. Logo, é possível a verificação da ascensão ou da decadência dessas comunidades, partindo de diversos elementos que servem como ponto de apoio à análise das obras.

Como metas específicas, a pesquisa objetiva discutir as bases da identidade do país, considerando a construção da identidade feminina; relacionar aspectos históricos e literários do Brasil no século XIX; compreender o processo de formação da nação brasileira, partindo do estudo e da análise dos referidos romances. Por fim, procura-se aprofundar os estudos da obra de Aluísio Azevedo, para que este trabalho sirva como subsídio para novas pesquisas e discussões relacionadas ao tema.

O texto encontra-se desenvolvido em seis capítulos: os três primeiros são destinados a teorias; os demais, à análise das obras. O capítulo inicial refere-se ao Realismo/Naturalismo no Brasil e à doutrina positivista e sua influência sobre a intelectualidade brasileira. Nesse capítulo, é comentada a situação econômica, política e social do país no momento da chegada e da assimilação da nova escola literária. Suas principais características são definidas, assim como são assinalados seus principais representantes, em meio aos quais encontra-se Aluísio Azevedo. Na segunda parte desse capítulo, é feita uma explanação a respeito do Positivismo, das concepções de Comte sobre a mulher, da influência da doutrina sobre a inteligência nacional, e, conseqüentemente, sobre o autor em questão.

O segundo capítulo abarca as origens do estereótipo da histórica, lugar-comum da literatura naturalista, e um histórico sobre a situação da mulher brasileira desde os tempos da Colônia até a implantação da República. Pretende-se mostrar, dessa maneira, como a identidade feminina tem sido construída ao longo do tempo.

No terceiro capítulo, é abordada a questão da identidade, da consciência e do caráter nacional. Em primeiro lugar, aparecem as origens do projeto de nacionalidade na literatura, com ênfase no período romântico. Em segundo lugar, aponta-se uma perspectiva realista do que vem a ser nação e caráter nacional, tendo por base as concepções transmitidas por

Renan, de forma geral, e, no âmbito brasileiro, os estudos do crítico Sílvio Romero, os quais reúnem várias teorias científicas correntes no século XIX.

O quarto, o quinto e o sexto capítulos são dedicados à análise de *O mulato*, *Casa de pensão* e *O cortiço*, respectivamente. Nessa parte do estudo procura-se, de modo mais amplo, a compreensão de cada uma dessas obras. Desse olhar geral, parte-se, com auxílio teórico, para a focalização específica de cada uma das personagens femininas selecionadas, com especial interesse no perfil dessas mulheres fictícias delineado pelo autor.

Entende-se que um projeto de construção da identidade nacional na literatura brasileira já havia sido iniciado no período romântico, por José de Alencar e Gonçalves Dias. A representação da identidade do Brasil, do nascimento do país, estava, nesse momento, vinculada ao feminino, a uma visão romântica da mulher, terra-mãe, origem da nação.

No movimento realista/naturalista, os demais escritores não abandonaram o projeto, mas deixaram de lado o idealismo. Resta verificar, por meio das figuras femininas de Aluísio Azevedo, como a mulher era vista, qual a sua relação com a identidade nacional e quais as diferenças em relação à imagem adotada no Romantismo, visto que, nas obras desse autor, a mulher-personagem dispunha de uma parcela significativa de espaço e importância, diferentemente do que acontecia na realidade do país.

2 O AMBIENTE NATURALISTA E A FILOSOFIA POSITIVISTA

2.1 O Realismo/Naturalismo no Brasil

A partir da segunda metade do século XIX, começaram a surgir profundas alterações no ambiente sociocultural europeu. Era o início do processo de afirmação da burguesia industrial e materialista. Além disso, as idéias liberais espalharam-se, gerando protestos e rebeliões em muitos países; os centros urbanos cresceram e atraíram um número cada vez maior de operários que, descontentes por viver em condições subumanas, buscaram aos poucos organizar-se em associações.

As ciências naturais desenvolveram-se e os métodos de experimentação e observação da realidade passaram a ser os únicos capazes de explicar o mundo físico. O pensamento positivista, em voga na época, postulava que o saber fundamentado nas leis científicas era superior ao saber teológico e metafísico, atacando, dessa forma, o misticismo e a religião. Baseado no culto à ciência, iniciava-se na França, em 1857, um novo movimento literário – o Realismo –, tendo como marco a publicação do romance *Madame Bovary*, do escritor Gustave Flaubert.

Movimento de oposição ao idealismo romântico, o Realismo pregava uma representação mais objetiva e fiel da vida humana, vendo na arte a função de educar e retratar a sociedade. Desdobramento do Realismo,

avanço ou tendência desse estilo de época é o chamado Naturalismo, o qual enfatizava o aspecto materialista da existência humana. Tendo Émile Zola como principal representante e suas teorias em torno do romance experimental como guia, caberia ao escritor naturalista armar em sua obra uma certa situação experimental e agir como um cientista em seu laboratório, examinando e descrevendo reações sem nenhum tipo de interferência de ordem pessoal ou moral.

O Brasil, grande importador das idéias da elite intelectual européia, ainda que com certo atraso, rendeu-se ao Realismo/Naturalismo. Pereira assinala que “o darwinismo, o evolucionismo, o positivismo, o socialismo que formavam a estrutura do pensamento contemporâneo, modificando os conceitos filosóficos, literários e sociais, levaram mais de vinte anos a atravessar o Atlântico” (1988, p. 119). Assim como o Velho Mundo, o país também sofria profundas modificações, sobretudo nos últimos decênios do século XIX.

O ano do final da Guerra do Paraguai, 1870, é considerado um marco pelos historiadores, pois assinala o início da última fase da monarquia no Brasil. A partir desse ano, sucederam-se acontecimentos que trouxeram mudanças significativas para o povo brasileiro. No mesmo ano, de uma ruptura no Partido Liberal, surgiu o Partido Republicano, que trouxe à luz o Manifesto Republicano.

O capitalismo ia ganhando terreno à medida que o Império chegava ao fim. Isso porque a estrutura arcaica e estagnada do Império era incapaz de acompanhar o progresso e a industrialização, mesmo que estes fossem lentos. As classes prósperas que surgiram eram estranhas ao sistema monárquico e desvinculadas dele. A economia do país se modificava e a sociedade denunciava as alterações pelo crescimento e pelo esforço da pequena burguesia, que tentava conquistar o seu lugar.

As questões religiosa, servil e militar acabaram por ruir o já desgastado regime. Todos os segmentos da sociedade estavam contra a Monarquia e não havia sequer interesse em defendê-la. O sistema pereceu e foi substituído por um novo: “com os eventos de 1889, a oligarquia imperial foi substituída pela republicana. Uma vez mais não se tratou de uma revolução e o povo foi apenas um espectador. Em todo o caso, a instituição da República marcava o início da história do Brasil contemporâneo” (Lopez, 1993, p. 100).

Enquanto tais fatos agitavam a nação, no plano intelectual, muitos escritores continuavam com inclinações românticas, escrevendo como se nada houvesse acontecido ao seu redor. Porém, no âmbito político, homens de ação pública manifestavam-se abertamente a favor do regime republicano e da campanha abolicionista. O público não estava alheio a isso e lia e festejava os autores adeptos das novas tendências oriundas da Europa.

Machado de Assis, em seu ensaio crítico *Instinto de nacionalidade*, escrito em 1873, reconhecia entre o público o sucesso dos romances com tendências da nova escola literária de origem francesa, porém não acreditava que a literatura brasileira pudesse ser “contaminada” por ela. Em suas palavras, tais obras “foram aqui bem-vindas e festejadas, como hóspedes, mas não se aliaram à família nem tomaram o governo da casa” (1953, p. 139), que ainda pertencia ao Romantismo. Embora sua assertiva fosse correta em relação aos escritores daquele momento, voltados para “a pintura dos costumes, a luta das paixões, os quadros da natureza, alguma vez o estudo dos sentimentos e dos caracteres” (p. 139-140), pouco tempo foi necessário para verificar que o notável escritor havia se enganado quanto à previsão.

O que se esperava dos autores de romances era que não apenas produzissem obras para distração de senhoras, e sim que percebessem e

retratasse as mudanças políticas, filosóficas e econômicas do país. A esse respeito, Pereira comenta: “é caso talvez único, o de uma revolução literária aceita antes pelo público do que pelos escritores” (1988, p. 120).

Contudo, a influência dos modelos externos, sobretudo o dos franceses, aliada às condições próprias do Brasil na época, contribuiu bastante para a origem do movimento realista/naturalista e para a formação dos escritores brasileiros. As idéias e teses de Comte, Darwin, Proudhon, Bernard, Renan e Taine permearam o pensamento de críticos, autores e demais intelectuais do período.

No plano da ficção, os escritores deixaram de lado o amor romântico e os mitos idealizantes para relacionar-se de modo diferente com a matéria de sua obra (Bosi, 1994). Iniciou-se um processo de crítica na literatura e a busca de objetividade e impessoalidade correspondia aos métodos experimentais postos em evidência pelas ciências naturais. Os romances não eram mais vistos apenas como distração, mas sim como meios de combate e de censura às instituições sociais decadentes. A classe burguesa, cujos valores eram exaltados no Romantismo, era analisada criticamente por escritores realistas, que denunciaram a hipocrisia e a corrupção de suas instituições, focalizando sobretudo o casamento e a Igreja.

Do ponto de vista de Bosi, “o Realismo se tingirá de *naturalismo*, no romance e no conto, sempre que fizer personagens e enredos submeterem-se ao destino cego das ‘leis naturais’ que a ciência da época julgava ter codificado” (1994, p. 168. Grifo do autor original). Nessa corrente, observam-se situações de desequilíbrio bastante nítidas: o homem que se comporta como um animal, seguindo seus instintos; o homem condicionado ao meio em que vive, dominado pelo fator da hereditariedade física e patológica, determinante do comportamento das personagens.

O início do movimento naturalista no Brasil esteve bastante ligado a Tobias Barreto, o ideólogo da Escola do Recife, que divulgou as idéias científicas, estéticas e filosóficas do Naturalismo europeu, encontrando ressonância em vários grupos intelectuais em todo o país. Junto com figuras destacadas como o jurista Clóvis Beviláqua, o filósofo Artur Orlando e o crítico Sílvio Romero, Tobias Barreto, fiel discípulo de Auguste Comte e Hippolite Taine, buscava a conciliação do determinismo positivista com princípios da liberdade humana. De acordo com Pereira,

o certo é que nos últimos vinte anos do século passado [XIX], as letras se revestiram de uma dignidade e de um prestígio talvez sem precedentes entre nós. Fato que se deverá porventura em parte à introdução da crítica tal como a entenderam Tobias Barreto, Sílvio Romero e José Veríssimo, feita com bases científicas e já não apenas impressionista como fora no período romântico. É possível que a essa tendência se deva o excesso em que caímos, de considerar a obra literária menos sob o prisma artístico do que sob o social, mas é inegável que mesmo o seu pedante aparato de erudição foi, no momento, necessário e benéfico. Patenteadas as suas raízes filosóficas e sociológicas, a literatura como que ganhou o respeito dos outros e a consciência do seu valor (1988, p. 57).

Os principais escritores do Naturalismo foram Domingos Olímpio, Júlio Ribeiro, Inglês de Sousa, Adolfo Caminha e Aluísio Azevedo. Este último, considerado por Merquior “o romancista que instaurou o prestígio do ‘romance experimental’ no Brasil” (1996, p. 157), foi autor do romance inaugural do Naturalismo brasileiro, *O mulato*, escrito em 1881.

Publicado em São Luís do Maranhão – terra natal de Aluísio Azevedo – *O mulato* foi uma obra bastante polêmica, que desencadeou o ódio de vários setores da sociedade maranhense contra o escritor. Mesmo assim, constitui-se numa novidade que impressionou o público, embora a crítica o

considerasse um romance híbrido, com várias características do Romantismo. Em relação a isso, é expressivo o comentário de Montello:

[...] apesar do sabor marcadamente romântico de algumas de suas cenas capitais, *O mulato* é romance naturalista, no seu processo, no seu espírito combativo, na sua cópia da realidade objetiva, no seu todo de documento da vida de província, ao lado da preocupação de fixar tipos em que se espelham os temperamentos que determinam o desenvolver da narrativa. Por isso mesmo, num relance, a crítica da época identificou a novidade do romance e lhe assinalou os merecimentos, reconhecendo unânime-mente, a presença do Naturalismo, nessa história de província em que Aluísio, muito moço, no verdor dos vinte e quatro anos, dera expansão ao seu talento e ao seu inconformismo, com a evidente intenção de contribuir polemicamente para a revisão dos valores sociais de seu tempo e de sua terra (1997, p. 70).

Escritor de destaque na ficção brasileira, o maranhense Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo (1857-1913) tornou-se conhecido por tentar sobreviver exclusivamente de sua produção literária. Sua obra é numerosa; compreende mais de dez romances, peças de teatro, contos e artigos em jornais. Contudo, é bastante irregular quanto ao valor.

Críticos atribuem às injunções econômicas a desigualdade de sua obra, da qual, sem dúvida, sobressaem-se os romances naturalistas. Dessa forma, Aluísio Azevedo pode ser considerado o autor mais tipicamente naturalista da literatura brasileira. Dentre toda sua obra, destacam-se, além de *O mulato*, os romances *Casa de pensão* (1884) e *O cortiço* (1890), que servirão de *corpus* para este estudo.

Essas obras têm como característica a forte presença das concepções científicas daquele tempo a respeito da influência terminante da hereditariedade e do meio ambiente no comportamento humano, tornando o indivíduo um produto direto de sua constituição psicofisiológica e das

pressões sociais. Influenciado pelo escritor português Eça de Queirós, Aluísio Azevedo assumiu uma postura crítica e combativa à corrupção moral e à hipocrisia da burguesia e do clero, chamando a atenção para os problemas sociais. O escritor retratou, com uma linguagem minuciosa, a sociedade daquele momento, com sua gente e seus problemas. O fato de ter pendor para o desenho e a pintura, antes de se fazer escritor, corrobora a observação feita por Bosi:

Seja como for, nos seus altos e baixos, Aluísio foi expoente de nossa ficção urbana nos moldes do tempo. O hábil tracejador de caricaturas nas folhas políticas do Rio precedeu o autor do *Mulato* e ensinou-lhe a arte da linha grossa que deforma o corpo e o gesto e perfaz a técnica do *típo*, inerente à concepção naturalista da personagem (1994, p. 188-189. Grifo do autor original).

No entanto, sua carreira como escritor não foi muito longa. Após dezesseis anos de atividades literárias, desistiu de viver da pena e aceitou o cargo de vice-cônsul, servindo em diversos países. Mais tarde, tornou-se adido comercial em Buenos Aires, onde faleceu aos cinquenta e cinco anos de idade. Ao obter o conforto de uma carreira estável no exterior, Aluísio Azevedo findou sua produção literária.

2.2 O Positivismo e sua influência sobre os intelectuais brasileiros

O culto à ciência, ponto central do Naturalismo, é baseado no pensamento positivista, elaborado pelo francês Auguste Comte (1789-1857). Essa filosofia teve suas raízes em vários movimentos ocorridos no século

XVIII, como o empirismo radical de David Hume, o qual destacava a primazia da experiência no processo do conhecimento, e o Iluminismo, com a crença no progresso da humanidade por meio da razão. Logo, o Positivismo é um produto direto de seu tempo.

Na Europa, a revolução industrial já estava concretizada e as ciências experimentais desenvolviam-se, ocupando cada vez mais espaço. A química, a física e algumas idéias biológicas tiveram notável êxito. Partindo disso, Auguste Comte tentou sistematizar os conhecimentos positivos da época. Seu pensamento, claramente voltado para uma reforma social, pretendeu ser um comentário geral sobre os resultados das ciências positivas.

Foi estabelecido por Comte que o Positivismo teria como base teórica três aspectos: primeiro, todo o conhecimento do mundo material decorre de dados positivos (entenda-se que os sentidos atribuídos por Comte para o vocábulo “positivo” são: preciso, certo, orgânico, útil, real) da experiência e somente a eles que se deve ater o investigador; segundo, existe um âmbito formal, que é o da lógica pura e da matemática, no qual as idéias são relacionadas; e terceiro, todo o chamado conhecimento transcendente, como metafísica, especulação acrítica e teologia, que não contemple qualquer possibilidade de verificação prática, deve ser desconsiderado.

Seu pensamento foi influenciado por Saint-Simon, um dos teóricos franceses do socialismo utópico, que o levou a estudar as ciências sociais e lhe transmitiu duas idéias básicas, as quais orientaram Comte a partir de então: a de que os fenômenos sociais, assim como os de caráter físico, também obedeciam a leis; e a de que todo conhecimento científico e filosófico devia ter por objetivo o aperfeiçoamento moral e político do homem.

Na época em que escreveu o *Curso de Filosofia Positiva* (1830-1842), Comte afirmava que as diversas ciências já haviam alcançado a

positividade, mas o sistema ainda estava incompleto. Necessitava-se de uma nova disciplina, chamada por ele de Física Social ou Sociologia, para completar um quadro de ciências dispostas em graus de generalidade decrescente e de complexidade crescente. Portanto, a finalidade básica da filosofia positiva é a classificação das ciências.

No ensaio *Discurso sobre o conjunto do Positivismo* (1848), Comte partiu das características do positivo para chegar a uma maior significação moral e social, visando à reorganização da sociedade, com o predomínio do coração e dos sentimentos sobre a razão e a atividade, cujo ponto alto foi a Religião da Humanidade. Resultante disso é a fórmula sagrada do Positivismo: “o amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim”. A religião, para o filósofo francês, tinha como fim supremo o aperfeiçoamento moral do homem, quer individual, quer coletivo, atingindo o lar, a pátria e a sociedade maior (Soares, 1998). Assim, o Positivismo contém uma teoria da ciência, uma doutrina de reforma social e uma religião.

Uma segunda fase da vida de Comte iniciou-se com o domínio dos propósitos práticos em detrimento dos teóricos ou filosóficos. Nesse período, constituiu-se a dita Religião da Humanidade, com ritos, ídolos e sacramentos muito similares aos do Catolicismo. O Positivismo assumiu, dessa forma, a condição de um credo fundamentado na ciência, o qual não excluiu a construção e a abertura de templos e a prática de culto.

Como sua vida teve fases distintas, antagônicos foram os caminhos de seus seguidores. Havia os ortodoxos, que acompanharam Comte em sua fase religiosa, e os heterodoxos, que somente foram fiéis à primeira fase, de cunho científico e filosófico. Soares, estudioso da Doutrina, aponta três tipos de positivistas:

[...] primeiro, os intelectuais, preocupados com a parte científica do sistema, que Augusto Comte considera os menos expressivos de seus adeptos. Para ele o mais

importante são os religiosos, que aceitam a totalidade da doutrina. Há, por último, o Positivismo político, que se atém ao sentido partidário e administrativo somente (1998, p. 72).

Todas essas variantes do Positivismo podem ser encontradas no Brasil, principalmente a religiosa. Essa filosofia, uma vez que influenciou parte significativa da inteligência nacional na segunda metade do século XIX, incluindo Aluísio Azevedo, autor cujas obras serão analisadas, é de extrema relevância para este estudo. Interessa, sobretudo, a visão dos positivistas a respeito do indivíduo, principalmente da mulher, pois o estudo é centrado na análise das personagens femininas. Partindo dessa visão sobre a mulher e sua função na sociedade, depreende-se muito da realidade da mulher do século XIX.

Soares (1998) afirma que o posicionamento referente à mulher chegou mesmo a ser um ponto de divergência entre Comte e um de seus grandes amigos, o britânico John Stuart Mill. Representante do utilitarismo, Mill era membro ativo do grupo Radical Filosófico, o qual tinha as idéias de Jeremy Bentham como base para a reforma parlamentar. Em certo momento, Mill encontrou-se com Harriet Taylor, partidária do grupo de Radicais Unitaristas, e juntos vieram a elaborar o que foi caracterizado como “a primeira defesa sistemática e pormenorizada dos direitos da mulher” (Nye, 1995, p. 27).

Assim, ambos reuniram em sua obra duas tendências às vezes conflitantes na teoria reformista e democrática. Requeriam uma sociedade onde houvesse a maior felicidade para o maior número de pessoas, de acordo com as exigências utilitaristas, e o reconhecimento da liberdade como direito natural de todo ser humano, reivindicação libertária rousseauniana. As duas teorias possuíam fragilidades, contudo, “com argumentos por uma sociedade na qual os interesses de todo homem

fossem considerados e, ao mesmo tempo, na qual os direitos individuais de cada homem fossem protegidos, Mill e Taylor descobriram a justificação para uma correspondente visão feminista” (Nye, 1995, p. 27).

De acordo com eles, as mulheres deveriam ter pleno acesso a privilégios políticos, incluindo o direito ao voto e à candidatura a cargos públicos. Além disso, deveria ser permitido às mulheres o direito de escolher uma profissão em vez do casamento e de possuir a educação indispensável para pôr em prática essa ambição. Levando em conta os princípios da teoria democrática, essas reformas conduziriam por fim à igualdade. Para Mill, sobretudo, interessava que a mulher estivesse à altura do homem, de forma que houvesse uma relação entre iguais, sem disparidades ou dependências, o que seria, em sua concepção, vantajoso para ambos.

Nessa época, Auguste Comte, totalmente avesso às idéias de Mill, sustentava que a igualdade entre os sexos era uma irrealdade, e que somente a fraternidade poderia ser configurada como um ideal valioso. Isso, pensava Comte, porque não acreditava haver igualdade nas espécies animais, sendo que até na biologia uma hierarquia entre os sexos podia ser estabelecida. O filósofo igualmente acreditava que na espécie humana essa hierarquia era ainda mais óbvia, como comprova Soares:

Para o fundador do Positivismo, nesse tempo [...] o sexo feminino apresenta um estado de infância radical que implica uma inferioridade anatômica e fisiológica, com repercussões cerebrais e sociais. A isso Stuart Mill responde que a dependência social em que se encontra a mulher explica o atraso de seu desenvolvimento, mas não se pode falar numa inferioridade essencial (1998, p. 66).

A discussão entre os dois pensadores estendeu-se até o nível social, além do biológico. A idéia de uma posição equivalente da mulher em relação ao homem parecia absurda para Comte. Ele acreditava que a mulher era um

ser inapto para a abstração e para a luta, e incapaz de separar as inspirações passionais de uma tarefa racional. A qualidade da mulher seria a de possuir paixões mais generosas que as do homem.

Segundo ele, o fato de a mulher ser “inapta” para as generalizações e deduções e para manter a racionalidade acima das paixões era uma prova de que a mulher não era inferior apenas por uma questão de acesso à educação. A igualdade entre os sexos seria desastrosa, pois perturbaria as condições de existência e desenvolvimento do sexo que se pretendia favorecer. Contudo, o pai do Positivismo não a via como escrava, e sim como “doce companheira”.

Comte entendia que devido a todas essas “deficiências”, deveria ser vedada à mulher a alta posição nos negócios humanos, nas ciências, na filosofia, no terreno estético, na vida prática, industrial e militar. Entretanto, alguns anos mais tarde, ele iria rever algumas de suas concepções a respeito não somente da mulher, mas também de instituições como o matrimônio e o divórcio. Isso por causa da paixão pela escritora Clotilde de Vaux, já em sua fase de elaboração religiosa. Ambos buscaram uma nova moralidade, uma nova religião e um novo conceito de casamento. O relacionamento foi interrompido pela morte prematura de Clotilde, porém Comte devotou-lhe uma veneração quase religiosa até o fim da vida.

Sozinho, Comte dedicou-se com afinco à Religião da Humanidade, que, em seguida, se tornou influente em muitos países. Entre eles, está o Brasil, onde o Positivismo foi importante para o desenvolvimento do país. A preparação teórica da implantação da República fez-se, em grande parte, sob o patrocínio do Positivismo.

No momento em que foi constituída a ciência social, batizada por Comte de Sociologia e emancipada por Spencer, ela sofreu o impacto de outras ciências, por um fenômeno comum que é a aplicação dos métodos e princípios de uma a outra. As ciências sociais juntaram-se às ciências

naturais, físicas e biológicas e inter-relacionaram-se no estudo de fatos sociais e humanos, seguindo os postulados do Positivismo de Comte. Então, geraram o evolucionismo de Spencer, o ambientalismo de Taine e o materialismo psicológico de Wundt (Coutinho, 1997).

Esses sistemas de idéias e normas exerceram notável influência no Brasil do final do século XIX e início do século XX. Alguns deixaram marcas que perduram até hoje em muitos espíritos. Logo, percebe-se a importância da época, das mudanças e da conseqüente necessidade de redefinição geral, indispensável para o entendimento da expressão literária desse período.

A ação dessas idéias no Brasil lançou-se contra a posição filosófica de base espiritualista, a única existente então. A influência positivista, predominante nessa fase de renovação de idéias no país, começou a ser divulgada, no início, por brasileiros que estudaram na França, alguns, discípulos do próprio Auguste Comte. Mais tarde, alargou seu campo por meio das teses defendidas por diversos professores nas escolas de nível superior.

Todavia, grandes expressões da efervescência intelectual no país foram as academias ou escolas. As que tiveram maior destaque foram a “Academia Francesa”, no Ceará, e a “Escola do Recife”. A primeira foi fundada em 1872 por jovens intelectuais da província nortista, entre os quais se encontravam Rocha Lima, Capistrano de Abreu e Araripe Júnior, e resistiu até 1875, quando desdobrou-se em outras associações.

A “Escola do Recife”, assim chamada por Sílvio Romero, desenvolveu-se em torno da Faculdade de Direito e atuou por toda a segunda metade do século como centro principal de agitação intelectual e divulgação não apenas da doutrina positivista mas também das demais correntes filosóficas. O iniciador da escola, Tobias Barreto tomara, tempos depois, outros caminhos no domínio do pensamento. Os outros dois ilustres

membros do grupo, Sílvio Romero e Clóvis Beviláqua, seguiriam seu exemplo.

Zilberman (2003), no artigo *O Positivismo e a história da literatura brasileira*, observa que embora Comte não tenha se dedicado à estética ou elaborado uma reflexão sobre a literatura, o certo é que não deixou de predominar nos estudos literários, juntamente com as outras ciências de teor aproximado. Apreciada e recebida com entusiasmo por alguns letrados brasileiros, a doutrina positivista mereceu ataques e comentários ácidos por parte de outros. Isso porque, como as demais doutrinas, a filosofia de Comte era ambivalente:

Polêmico, o Positivismo exprimiu as virtudes e os defeitos do século XIX. Representou o avanço da ciência sobre todos os aspectos da vida pública e privada; propôs uma nova visão da história e da sociedade; rompeu declaradamente com a teologia e a metafísica, deixando, com um vigor desconhecido mesmo no século XVI, por ocasião do cisma luterano, a Igreja na defesa, enquanto autora de uma explicação ultrapassada da origem e desenvolvimento da humanidade. Porém, substituiu a fé religiosa pela intolerância materialista, rejeitando o espírito crítico que, quando se manifestou, denunciou desde um ponto de vista exterior ao Positivismo suas fragilidades e inconsistências (2003, p. 117-118).

O escritor Aluísio Azevedo, além de vários outros escritores, foi influenciado diretamente por essa filosofia, como afirma Lins: “em várias de suas obras, deixa Aluísio transparecer a influência que sobre a sua formação exerceu Augusto Comte” (1967, p. 109). Essa influência era expressa tanto na constituição de personagens, como Raimundo, o protagonista de *O mulato*, que há quem suponha ter sido inspirado na figura do positivista Celso Magalhães, quanto na focalização das doutrinas de Comte sobre a mulher, o casamento e o divórcio.

Deve-se ainda levar em conta que outras teorias européias que receberam boa acolhida no Brasil naquele tempo também influenciaram Alúcio. Uma delas diz respeito à mulher e sua constituição psicofisiológica. Aliando sua já comentada vocação para a construção de *tipos* às teorias sobre a histeria feminina desenvolvidas principalmente pelo psiquiatra francês Jean Martin Charcot, o autor desenvolveu o *tipo* da histérica, tão utilizado nas obras naturalistas que se tornou um estereótipo, o qual será comentado a seguir.

3 A PERSONAGEM E A MULHER DO SÉCULO XIX

3.1 A histérica como um *tipo*

Os escritores do Realismo/Naturalismo procuravam tecer detalhadas descrições da realidade em suas obras a fim de que elas representassem de forma fiel a sociedade e as pessoas que a constituíam, expondo seus defeitos cruamente. Seus antecessores românticos, ao contrário, notabilizaram-se pelo idealismo e pela distância, ou mesmo disfarce, da realidade. A crítica não lhes deixou de dirigir, portanto, palavras duras a respeito do alheamento em relação às ebulições econômicas e sociais que permearam a vida dos brasileiros durante o século XIX.

No entanto, ainda que buscassem discutir assuntos correntes e polêmicos em suas obras, como fez, por exemplo, Aluísio Azevedo, ao trazer à tona a questão do preconceito racial e da hipocrisia de instituições religiosas e sociais no romance *O mulato*, alguns escritores naturalistas acabaram por incorrer no mesmo tipo de problema. Conforme Pereira,

num país onde se processavam experiências raciais da maior importância, onde as condições de existência variavam dos requintes sofisticados da Corte ao primitivismo das populações rurais, onde as relações de senhores e escravos suscitavam um sem-número de problemas, os romancistas que se criam realistas

voltavam-se de preferência para os casos de alcova, para a análise de temperamentos doentios. [...] Se consideravam o indivíduo como a resultante dos choques entre a hereditariedade que plasmava o temperamento e a sociedade que condicionava a conduta, tinham que saber ver o que em torno deles se passava. E, ao contrário, foram, com poucas exceções, indiferentes às conseqüências sociais da abolição, da proclamação da República e do encilhamento – sucessos desenrolados, todos, durante o fastígio naturalista (1988, p. 128).

O afincamento à investigação de “temperamentos doentios” trouxe excessos notáveis e distorções na constituição de personagens, na grande maioria dos casos, femininas. Na busca da representação da mulher de meados do século XIX, ficção, teorias científicas e mitos arraigados a uma sociedade patriarcal e machista foram unidos, resultando num estereótipo feminino recorrente em vários romances: a histérica.

As lições de Charcot sobre a histeria e as demais teorias científicas da época atribuíam à mulher uma maior fragilidade física. Pensava-se, baseado na doutrina positivista, que na mulher predominavam as faculdades afetivas, em oposição ao homem, no qual predominavam as faculdades intelectuais. O pressuposto da natureza afetiva da mulher e intelectual do homem, bem como a fraqueza, a sensibilidade, a delicadeza, a indulgência e a submissão do sexo feminino, estava, portanto, estabelecido pela ciência.

Contudo, também eram atribuídas à mulher qualidades negativas, como a perfídia e a amoralidade. Dessa forma, a mulher era um ser ambíguo em constante tensão, que exigia rígido controle. Junto a essa feminilidade construída, estavam os papéis sociais que a mulher deveria desempenhar ao longo de sua existência: esposa e, conseqüentemente, mãe. Se, porventura, não conseguisse ou, o que era mais abominável, não quisesse cumprir seus papéis sociais, a mulher seria vista como uma criatura anormal. Engel afirma:

Sob a égide das *incoerências do instinto*, os comportamentos femininos considerados desviantes – principalmente aqueles inscritos na esfera da sexualidade e da afetividade – eram vistos ao mesmo tempo e contraditoriamente como pertinentes e estranhos à sua própria natureza. Nesse sentido, a mulher era concebida como um ser cuja natureza específica avizinhava-se do antinatural (2004, p. 333. Grifo do autor original).

Assim, em meio a pressões sociais e contradições da própria natureza feminina, o corpo e a mente da mulher eram, por excelência, espaço da loucura. Além do interesse, a sexualidade feminina despertava grande temor nos médicos e alienistas daquele tempo. Nada mais simples, então, do que aproveitar os estudos da época para a elaboração de personagens tipicamente naturalistas.

Aluísio Azevedo foi o primeiro escritor a criar esse tipo de personagem feminina em *O homem* (1887). Enveredaram pelo mesmo caminho, no ano seguinte, Júlio Ribeiro, Horácio de Carvalho e Marques Carvalho com os romances *A carne*, *O cromo* e *Hortênsia*, respectivamente. Pereira, ao mencionar essas obras, assinala que tais romances não possuem importância em si, porém servem para mostrar como alguns autores do Naturalismo se prestaram a falsificações:

Ouvindo que a ciência moderna estabelecia a correlação entre os fenômenos físicos e morais, cuidaram, possuídos daquele “misticismo fisiológico” denunciado por Brunetiére nos seus colegas franceses, que provar essa unidade era sua tarefa primordial; para desempenhá-la, tinham uma receita simples: apresentar criaturas governadas por instintos depravados (1988, p. 129).

É interessante ressaltar que essas personagens não denotavam apenas histeria. Portavam em sua constituição um traço que provocava certa inverossimilhança em relação à realidade brasileira nas últimas

décadas do século XIX: eram todas mulheres de cultura, decididas e com vontade própria, que tiveram acesso à boa educação. Para Sodré, esse

tipo da histérica contrastava, aliás em uma sociedade como a brasileira, em que a posição da mulher, ainda que diferente da antiga, que predominara na fase colonial e na maior parte do século XIX, como prolongamento, era secundária, subalterna, submetida não só ao poder do homem como aos preconceitos vigentes. Criando as rebeladas, ainda que pela histeria, os naturalistas levantavam um protesto, cuja forma era inócua, pela falsidade e pela deformação, mas que não deve ser esquecido. Era errônea, sem dúvida, a formulação, porque se fazia em torno de um mito, apesar de bases pretensamente científicas (1965, p. 187).

As teorias estavam prontas, bastava aplicá-las. Talvez, por isso, a idéia de criar figuras que apresentassem traços físicos e psicológicos que pudessem ser remetidos a tais teorias parecesse tão atraente aos naturalistas. Se existiam as teorias, por que não encaixá-las numa personagem? Dessa forma, “as tinturas naturalistas”¹ ficariam mais evidentes no romance.

Aluísio Azevedo manteve o tipo da histérica tanto em *O mulato* quanto em *Casa de pensão*. Porém limitou a representação da mulher nervosa e ilustrada à obra *O homem*, a qual não foi nem bem acolhida pela crítica na época de seu lançamento, nem apresentou a longevidade dos romances selecionados para este estudo.

Assim, é significativa a comparação das personagens elaboradas por autores naturalistas à real situação da mulher brasileira da época, que, reafirmando as palavras de Sodré, era considerada criatura de segunda ordem, que vivia submissa em meio à opressão, procurando, de seu jeito, à

¹ Expressão utilizada por Pereira (1988, p. 146).

vezes usando do típico “nervosismo feminino”, tecer sua própria teia de manipulação e poder.

3.2 A construção da identidade da mulher do século XIX

Embora existam inverossimilhanças, os autores do Realismo/Naturalismo buscavam, como foi visto, não apenas representar, mas também retratar a sociedade em seus romances de forma fiel, descrevendo paisagens, locais, hábitos e costumes. Tratados científicos à parte, suas obras muito diziam sobre o país e sobre as condições em que viviam os indivíduos, servindo também como referência para o estudo da mulher da época.

As teorias científicas, tão em voga no século XIX, ajudaram a consolidar concepções e mitos sobre as mulheres. Tais crenças já eram parte da sociedade e vinham desde a época colonial, resistindo inclusive às grandes mudanças econômicas e sociais pelas quais passava o Ocidente. Um poucas vozes femininas começaram a soar mais alto nesse tempo, sobretudo na Europa, mas não foram suficientemente audíveis para alterar a ordem da situação. O que se segue é um relato sobre a vida e as relações das senhoras brasileiras e suas dificuldades na busca de uma identidade própria e sobre como se consolidaram algumas “máximas” acerca do universo feminino que, até hoje, mesmo que de forma inconsciente, regem o comportamento da e para com a mulher.

Rocha-Coutinho (1994), ao fazer um histórico da mulher no Brasil, comenta que a família, instituída como união legal, somente passou a ter importância maior no país com a concessão de sesmarias e com o começo

do cultivo da terra. Antes, no início da colonização, praticamente não havia famílias, pois muitos portugueses vinham para cá sem a intenção de se fixar. Na maior parte das vezes, suas esposas os estavam esperando em Portugal, e eles mantinham aqui apenas relações irregulares com mulheres índias ou escravas negras.

A família tradicional, de acordo com a pesquisadora, era constituída por dois núcleos. O primeiro, central, era formado pelo casal branco, cuja união havia sido legalizada, e seus filhos legítimos. O segundo núcleo, periférico, era composto de agregados: negros, índios, mestiços, dentre os quais encontravam-se as concubinas do chefe e seus filhos ilegítimos. Tudo girava em torno do poder do chefe, o patriarca.

Esse tipo de organização não se restringia às poucas famílias que existiam. O domínio exercido por patriarcas sobre as pessoas que o cercavam era uma forma de centralização do poder. Isso era de interesse da Coroa portuguesa e estendia-se também à política, à sociedade e à economia de base escravocrata, monocultora e latifundiária.

Se ao homem cabia a direção da família e a tomada de decisões a respeito da vida de todos, à mulher restava ser submissa, gerar filhos e se manter na reclusão de seu lar, onde, muitas vezes, perpetuava o estigma da opressão no trato com os escravos.

Ressalta-se que o comportamento das mulheres brasileiras variava conforme a classe social a qual pertenciam, sendo que as de classes mais baixas, apesar de enfrentarem trabalhos árduos, possuíam mais liberdade pessoal do que as senhoras mais abastadas. Em alguns casos, na morte ou ausência do patriarca, a dona da casa assumia as funções do marido e se tornava a matriarca. Entretanto, não se viam mudanças na natureza do regime, já que essas senhoras costumavam ser tão ou mais enérgicas que seus esposos, ao tomar-lhes o papel de chefe.

Isso contribuiu para a afirmação da figura da mulher-mãe, símbolo da honra e esteio da família brasileira. Mesmo que a indolência de certas senhoras seja uma constante ao se estudar a história da mulher brasileira desse tempo, é notório que algumas mulheres, sobretudo as matronas portuguesas que vieram para o Brasil, tomaram para si as tarefas e a direção da casa grande e da economia doméstica, providenciando desde o ensino das primeiras letras às crianças, até os cuidados com enfermos, remédios e prestação de serviços religiosos. Rocha-Coutinho assinala:

Desta forma, a casa-grande, centro de nossa integração, não pode ser imaginada sem esta figura de mulher-mãe, quase sempre companheira de sofrimentos e experiências de opressão dos filhos, pessoa em quem vários deles buscavam refúgio e consolo em seu temor e terror ao pai patriarcal, muitas vezes sádico em seu comando de escravos, mulheres e crianças (1994, p. 70).

O número reduzido de famílias e o sistema político, econômico e social da colônia favoreciam o isolamento e a opressão das mulheres. Se estas eram reclusas e reservadas, assim também eram suas famílias. Entendia-se que, se aos homens, como chefes naturais, superiores tanto física quanto intelectualmente – pensamento que no século XIX veio a ser respaldado pela ciência – , era destinada a esfera pública, às mulheres restava apenas o “domínio” do espaço privado, do lar, onde não tivessem que se expor. A afirmação de que “o lugar da mulher é no lar, onde ela é subordinada ao melhor julgamento do homem” (Nye, 1995, p. 19) não era questionada, simplesmente seguida.

As mulheres da Colônia quase não tinham necessidade de sair à rua. Somente encontravam-se ausentes do lar quando estavam ou na Igreja, ou visitando algum parente. Não era necessário em absoluto que se ausentassem para fazer compras. Tudo de que precisavam era trazido em

suas casas por mascates ou por negras boceteiras e quitandeiras. Os vendedores a domicílio eram, muitas vezes, o único contato que possuíam com o mundo exterior. Com suas mercadorias, tais como jóias, perfumes, tecidos – que eram muitas vezes trocados por rendas feitas em casa pela senhora e suas mucamas –, os vendedores ambulantes alegravam suas vidas de quase clausura.

Uma das razões para o isolamento das senhoras era preservá-las das tentações externas. Recato e castidade eram grandes virtudes femininas e os homens jamais deveriam ter razões para duvidar da paternidade dos filhos. Dessa forma, eram necessárias as restrições às mulheres.

Rocha-Coutinho observa que “a autoridade do marido e do pai era reforçada e permaneceu social e juridicamente suprema e intocável durante todo o Brasil colônia, nos anos do Império e da República que se seguiram, perdurando quase que até os nossos dias” (1994, p. 73). Havia maior tolerância com as transgressões masculinas, principalmente no que diz respeito à fidelidade. Em relação às faltas cometidas por mulheres, os maridos ou pais tinham “carta branca” para puni-las. Os assassinatos, em casos de adultério, eram vistos como forma de restaurar a dignidade perdida e eram praticados com a conivência da justiça.

Outro tipo de punição desumana, mas comum, era o confinamento em instituições religiosas, como assinala Quintaneiro:

Emparedadas, privadas do relacionamento livre com o mundo, aqui as mulheres mostravam-se tímidas e ariscas, oprimidas pelo dever de preservar sua honra e, por extensão, a de seus guardiães. E aí daquelas que se recusassem a obedecer a pais e maridos!... os recolhimentos dos conventos mantinham sempre as portas abertas para quem tivesse desafiado o interdito” (1996, p. 41).

Filhas ou esposas eram, em muitos casos, confinadas em conventos por motivos levianos, por não aceitarem um casamento de conveniência ou por algum tipo de desgosto causado à família. Alguns maridos chegavam ao ponto de internar suas próprias esposas para que pudessem desfrutar com maior liberdade da companhia de amantes. A lei, portanto, claramente favorecia uma situação de dependência da mulher em relação à vontade do homem.

Quintaneiro, em seu estudo sobre o cotidiano feminino no Brasil a partir do olhar dos viajeros do século XIX, constatou que o ciúme masculino era “verdadeira marca nacional” (1996, p. 39) e que a maneira grosseira como eram tratadas as mulheres brasileiras era objeto de espanto por parte dos estrangeiros. De modo geral, os brasileiros eram vistos como insociáveis e desconfiados, mas as mulheres, em particular, provocavam surpresa devido ao retraimento e à falta de cultura.

Durante o Brasil colonial e o Brasil imperial, o tipo feminino mais comum era o da mulher boa, generosa, recatada e devota, que somente se sentia feliz na estreiteza de seu lar, junto aos filhos, parentes, mucamas, moleques e santos de devoção. Perfeita era aquela que sabia conservar-se em seu lugar, mantendo-se calada mesmo se chamada à conversa, e mostrando-se desinteressada de assuntos relativos à política e a negócios.

Com a chegada da família real ao Brasil, no início do século XIX, o absolutismo do regime patriarcal começou a se dissolver, uma vez que houve o crescimento de outras figuras e instituições. Houve algumas mudanças também no comportamento das mulheres, principalmente as da camada superior da sociedade, as quais, seguindo os moldes europeus, eram mais vistas em festas, bailes, teatros e recepções.

Ainda assim, com todas as alterações e transformações próprias do século das ciências e das descobertas que fortaleciam o poder do Estado e enfraqueciam o poder da família patriarcal dos primeiros tempos, a posição

do pai como chefe da família continuava indiscutível. Seus poderes apenas foram limitados, pois o patriarca via-se então impelido a dividir sua autoridade com outras instituições de controle social.

A divisão de espaços – público e privado – continuava, bem como era mantida a posição de inferioridade da mulher em relação ao homem:

Enquanto a ele ficavam destinadas as atividades fora do âmbito caseiro – contatos da vida pública, comercial, política e cultural –, à mulher cabiam as atividades estritamente ligadas à casa e a eventual extrapolação deste limite só podia se dar através do homem, do incentivo ao marido e da colaboração em suas atividades. Esta divisão de áreas de atuação era considerada “natural” e era amplamente reforçada pelas teorias científicas que vigoravam no Brasil na época a respeito da “natureza” distinta de homens e mulheres (Rocha-Coutinho, 1994, p. 78).

Logo, além de procriadora e administradora do lar, estava reservada à mulher a função de incentivadora e colaboradora do marido. Soma-se a isso, ainda, a responsabilidade de transmitir aos filhos os primeiros valores e ensinamentos.

A situação educacional das mulheres, durante muito tempo, veio a reforçar seu lugar subalterno na sociedade. Desde bem cedo, as meninas eram criadas para o casamento e para a maternidade. Estudavam por pouco tempo, geralmente até os 13 ou 14 anos, e aprendiam apenas o elementar. Não possuíam acesso a livros e a cultura. Quando muito, aprendiam rudimentos de gramática, francês, pintura e desenho e prendas domésticas. Algumas aprendiam a tocar piano e a cantar, mas isso apenas a fim de se tornarem mais interessantes aos olhos dos pretendentes.

Os ensinamentos que possuíam possibilitavam a algumas mulheres, sobretudo as pequeno-burguesas, o acesso ao mercado de trabalho por meio do magistério. A profissão de professora de artes, línguas ou música

era considerada adequada ao sexo feminino, por ser uma extensão das atribuições maternas. A educação que as moças recebiam, apenas para fazer bonito em casa e valorizá-las no mercado matrimonial, em nada pode ser comparada à educação dos rapazes. Os filhos de boas famílias eram mandados a estudar nas universidades européias, sobretudo em Portugal e na França. E eram esses rapazes que traziam as novas idéias da Europa para o Brasil.

As primeiras escolas normais começaram a surgir somente no final do século XIX. Essas instituições não só preparavam as jovens para o exercício do magistério, como também eram uma oportunidade de completar sua educação. A implantação de cursos superiores no país não trouxe grandes vantagens às mulheres na época, uma vez que o número de alunas era insignificante e só começou a crescer a partir de 1930.

O matrimônio, portanto, era apresentado como quase única oportunidade de carreira para a mulher. Continuar solteira era motivo de humilhação e desprestígio, além de ser inviável em termos financeiros. Assim, a solteira passava a depender da caridade da família, sendo explorada tanto por homens quanto por mulheres casadas. Rocha-Coutinho observa que “o casamento, ao contrário, enobrecia a mulher e abria-se como a única possibilidade de ascensão social, em um tempo em que não eram permitidas às mulheres atividades que possibilitassem sua promoção por esforço próprio” (1994, p. 83).

Os casamentos, principalmente nas famílias de posses, apesar da ênfase no aspecto sentimental difundida pelo Romantismo, eram quase sempre combinados. As razões para isso vinham desde interesses econômicos até a manutenção das grandes propriedades e a garantia da pureza da linhagem da família. O que mudou um pouco, devido às tendências românticas do período, foi o fato de as moças não mais se sujeitarem a casamentos sem amor.

Aos poucos, as concepções sobre um casamento vantajoso foram se modificando. A defesa e o cuidado com as crianças eram essenciais e passaram a ser prioridade para uma nação que ingressava nos tempos modernos. A defesa da propriedade foi substituída pela defesa da raça e do Estado. A hereditariedade contava mais que a herança, e o sexo e a moral foram colocados acima das linhagens. O sexo, antes forma de perpetuar a estirpe e exemplo de virilidade e poder do patriarca sobre a mulher, assumiu um novo contorno. Do bom desempenho do casal dependia a saúde dos filhos, a moralidade da família e o progresso populacional da nação. Essas colocações são reafirmadas por Pietrani:

De acordo com a construção ideológica sobre a mulher da época, ela passa a assumir importância crucial para a nação, porque seria a própria mulher – através de sua vida doméstica, sua lealdade ao catolicismo e à família – a responsável por “embranquecer” a população brasileira [...] e por manter a divisão educacional entre meninos e meninas: aqueles receberiam uma educação para se tornarem o pai da nação ou o governante da família, enquanto a destas se voltaria para manter a ordem vigente e, por sua vez, dar continuidade à unidade doméstica e familiar burguesa. Assim, através dos filhos, o futuro bem estar da nação estaria garantido, enquanto se fecharia o ciclo de estratificação social, racial e de gênero (2000. p. 101).

As mulheres, como se verificou, mantinham-se reclusas e, se saíam do espaço do lar, estavam sempre acompanhadas. A vigilância sobre elas era tamanha que era quase impossível que cometessem adultério. Já o homem era incentivado a relacionar-se com diversas mulheres, escravas ou prostitutas, antes do casamento. Até mesmo após a união matrimonial alguns homens costumavam ter amantes como prova de virilidade. Tudo isso devidamente baseado nos discursos pseudocientíficos do período, os

quais afirmavam que o instinto sexual quase não existia na mulher, ao contrário do homem, que possuía uma sexualidade mais desenvolvida.

Eram válidas todas as formas de restrição da atividade sexual da mulher e para isso contribuíram também os médicos da época, sobretudo os higienistas. Essas figuras vieram substituir os padres no seio da família, significando para a mulher, de um lado, um pouco mais de liberdade em relação ao patriarca, e de outro, a submissão a uma nova forma de controle social.

No primeiro caso, ao se reforçar a tutela do Estado, foram proporcionadas à mulher possibilidades de exercer controle sobre o homem. Da habilidade da mulher e de seu comportamento junto à sociedade dependia o sucesso do marido. O prestígio da esposa passou a ser visto por ele como um elogio. Da mesma maneira, do bom casamento das filhas, dependia o êxito de seus pais. Assim, em troca desse tipo de exposição, as mulheres passaram a reivindicar uma atenção e cuidados que jamais tiveram outrora.

No segundo caso, os médicos contribuíram para reforçar a inferioridade do sexo feminino. Rocha-Coutinho observa:

Principalmente a eles se deve a criação de uma nova forma de submissão das mulheres: a submissão por amor, ao marido, aos filhos e ao lar. Mediante a introdução da “família amorosa”, baseada no amor entre os cônjuges – fruto do individualismo crescente desenvolvido na Europa [...] – e não mais em interesses econômicos como no período colonial, os médicos possibilitaram a regulação dos novos papéis sociais do homem e da mulher (1994, p. 90).

Dessa forma, considerando os preceitos científicos da época e mesmo as concepções positivistas sobre a mulher, vista como frágil, delicada, afetiva, mas inapta intelectualmente, esta passou a ser definida

somente em sua relação com a família e com os filhos. Surgiu, então, o culto ao chamado “instinto materno” – reconhecido por alguns autores como um mito² – e a mulher precisou desempenhar o papel de mãe extremosa e abnegada, que dá sua vida pela felicidade dos filhos. O discurso higienista ia mais longe ao pregar o amor pelos filhos e estendia-o da mãe até o pai. Logo, a vida do homem e da mulher começou a girar em torno dos filhos.

Observa-se, então, que a identidade da mulher tem sido construída a partir de um discurso social que visa a se adequar às necessidades e mitos de uma sociedade determinada em um momento histórico específico. Esse discurso tem desempenhado papel fundamental na construção da subjetividade das mulheres e tem servido para mantê-las na posição de subordinação em que se encontram há bastante tempo (Rocha-Coutinho, 1994).

As maneiras de produzir e distribuir a riqueza social, as formas de se relacionar, as instituições, as relações familiares e homem-mulher foram construídas por grupos sociais de acordo com seus anseios e necessidades em determinado momento. As relações estabelecidas entre os sexos e a família são adequadas aos modos de produção e organização de um período e de uma sociedade específicos. Portanto, conclui-se que, por mais antigos que o patriarcalismo e a dominação da mulher possam parecer, se deve ter em mente que não são formas naturais, mas sim históricas, pois a relação entre os sexos é socialmente construída, podendo ser alterada consoante as mudanças na organização e estrutura social.

Assim, verificam-se as mudanças pelas quais a mulher passou ao longo desse tempo. Na verdade, as alterações em seu modo de vida e no modo como era vista em meio à sociedade não foram tão significativas. Porém, no instante em que exerce o papel de mãe e educadora dos futuros

² Ver BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

membros do país, ela demanda mais cuidado e respeito, o que claramente não se traduz em liberdade e igualdade social. Sua vida está, portanto, intimamente relacionada com a nação. Esta, da mesma forma que a mulher, vem se modificando paulatinamente. Também, no decorrer dos anos, mudaram as formas de se pensar a nação e a identidade nacional. E é esse o tema que será abordado no capítulo seguinte.

4 NAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL

4.1 O despertar da consciência nacional na literatura

A preocupação de criar uma literatura com traços característicos do Brasil normalmente é creditada aos escritores do período romântico. Contudo, traços da identidade nacional na literatura já haviam surgido antes desse período, quando poetas brasileiros encontravam-se imersos nas águas do Arcadismo.

Embora os temas bucólicos ocupassem lugar privilegiado na poesia da segunda metade do século XVIII, houve autores que precederam os românticos na exaltação da chamada “cor local”. Dessa forma, uma primeira manifestação do nacional na literatura pode ser encontrada nos épicos *O Uruguai* (1769), de Basílio da Gama, e *Caramuru* (1781), de Santa Rita Durão. Por serem épicos, festejam os feitos do conquistador, no caso, do colonizador europeu, porém, não deixam de louvar o primor da natureza americana, dando à paisagem a função de protagonista.

Portanto, percebe-se um caráter ambíguo na consciência do nacional na literatura do século XVIII. Ao mesmo tempo em que celebram a força e os valores do colonizador, os poetas glorificam a natureza e o elemento nativo.

Machado de Assis, de certa forma, elogiou ambos os poetas ao reconhecê-los como nomes “citados e amados como precursores da poesia

brasileira” (1953, p. 130). De acordo com ele, enquanto outros poetas perdiam-se em devaneios sobre a Arcádia, sem aproveitar as belezas do próprio país como tema, Basílio da Gama e Santa Rita Durão “buscaram em roda de si os elementos de uma poesia nova, e deram os primeiros traços de nossa fisionomia literária” (p. 130). Mesmo assim, o escritor reconhece que esses poetas quiseram apenas ostentar certa cor local, não propriamente favorecer e livrar da dependência a literatura brasileira, a qual, para ele, ainda não existia, estava apenas alvorecendo.

Problemas à parte, o primeiro passo para a construção de uma identidade na literatura estava dado. Mas um projeto mais sólido nesse sentido viria no Romantismo, com Gonçalves Dias, na poesia, e José de Alencar, na prosa.

A busca de uma identidade nacional na literatura brasileira caracterizou o período romântico. Ainda que os autores brasileiros dessa época buscassem auxílio em fontes européias para a criação de uma literatura própria do país, as cores locais são bastante ressaltadas. No entanto, o idealismo era a visão predominante naquele tempo, em detrimento do realismo no trato social.

Uma profunda mudança seria operada com o surgimento do Realismo/Naturalismo. A crítica, escassa na escola anterior, seria, a partir de então, mais atuante. As leis da ciência e as novas descobertas em diversos campos do conhecimento serviriam como matéria para muitas obras, as quais tencionavam representar um país e sua gente de forma crua e verdadeira.

Assim, foram dados os passos iniciais para o processo de construção da identidade nacional na literatura produzida no país. Todavia, é durante o Romantismo que as discussões em torno do assunto tornam-se mais incisivas e evidentes. Ademais, é nesse período que se estabelece uma relação entre a nação e a figura feminina.

Antes de analisar com mais cuidado a identidade e a ideologia produzidas durante o predomínio do Romantismo, deve-se ter em mente a definição desses termos. Identidade, de acordo com um conceito geral de Lévi-Strauss, é uma entidade abstrata, que não possui existência real, mas é indispensável como ponto de referência (*apud* Bernd, 2003). Enquanto referência indispensável, compreende-se a importância de sua busca e afirmação em determinados momentos na literatura brasileira. Entende-se também que, por não ter existência real, estar pronta ou ser fixa, a identidade nacional não é uma meta que pode ser alcançada. A identidade de uma nação se constrói, se renova com os fatos, com sua história e com o tempo.

Por ser abstrata, é uma entidade que não possui referente verificável, tal como cor ou sexo. Identidades que são construídas a partir de dados empíricos revelam-se como identidades de primeiro grau, que se firmam como unidades discretas e limitam a realidade a apenas um quadro de referências, já que os referentes que podem ser usados para verificar um indivíduo não são numeráveis e podem ser de ordem biológica, cultural, histórica, sociológica, entre outras.

Por um indivíduo ou povo se definir em relação a outro, o conceito de identidade não pode ser afastado do de alteridade, a identidade que nega o outro. Excluir o outro é uma visão redutora, uma vez que para que o ser exista, é preciso haver o outro, o diferente, ao qual o ser fará oposição ou complementação. Então, tem-se a definição de identidade de segundo grau, ou identidade reflexiva, que ocorre a partir não de um, mas de vários referentes empíricos e possui uma dimensão de exterioridade. Apreende-se a identidade como uma entidade construída simbolicamente no mesmo processo de sua determinação. Há uma visão incompleta oriunda da tensão entre o olhar sobre si próprio e uma visão complementar originada a partir do olhar do outro ou do outro de si mesmo (Bernd, 2003).

No processo de construção da identidade nacional existem mecanismos de exclusão e de transgressão, como mostra Bernd (2003). O primeiro tipo refere-se à invenção ou ocultação do outro; o segundo, à busca dos discursos perdidos durante o processo. A literatura é parte importante do projeto de construção, ou até mesmo de desconstrução da identidade, principalmente por conter outros textos, ou melhor, uma infinidade de discursos. Além disso, muitos textos são carregados de ideologias, algumas das quais colaboram com a fala do poder, a hegemonia; outras que tratam de enfraquecê-la e são contrárias a ela.

Bellei comenta que quando se fala de áreas discursivas que incluem e excluem, fala-se de áreas de dominação ideológica. De acordo com ele, faz-se indispensável o entendimento de ideologia e dominação ideológica num sentido mais abrangente, “de vigor discursivo originário e produtor de novos discursos que falsificam ou não o real, ou que o falsificam mais ou menos, dependendo da perspectiva adotada” (1992, p.17).

Partindo disso, diz-se que a literatura apresenta dois tipos de função: a sacralizante e a dessacralizante. A função sacralizante está ligada à fixação e à recuperação de mitos. A função dessacralizante, por outro lado, concentra um pensamento mais politizado, no qual uma cultura pode abrir caminho para outras culturas, permitindo a entrada do diverso.

De ambas as funções, a primeira será mais enfatizada neste estudo, pois o despertar da consciência nacional na literatura, com algumas exceções que ficaram à margem, teve um caráter sacralizante. Isso até o movimento modernista, quando a crítica e a produção literária já estavam mais avançadas e a função dessacralizante passou a predominar nos textos literários. Sobre a construção da idéia do nacional na literatura, Bernd assinala:

A literatura atua em determinados momentos históricos no sentido da união da comunidade em torno de seus mitos

fundadores, de seu imaginário ou de sua ideologia, tendendo a uma homogeneização discursiva, à fabricação de *uma palavra exclusiva*, ou seja, aquela que pratica uma ocultação sistemática do outro, ou uma representação inventada do outro. No caso da Literatura Brasileira este outro é o negro cuja representação é freqüentemente *ocultada*, ou o índio, cuja representação é, via de regra, *inventada* (2003, p. 33. Grifo do autor original).

Um exemplo disso é a criação romântica de um herói nacional que pudesse ser associado à natureza exuberante e que representasse na literatura a construção da nacionalidade. A celebração da natureza foi estabelecida nos programas de Ferdinand Dennis e de Almeida Garret, autores que influenciaram praticamente todos os românticos.

Ao programa de Dennis, especialmente, podem ser ligadas duas vertentes da literatura brasileira: a exaltação da natureza tropical e exótica, oposta à natureza dos países de clima frio, e a celebração do indígena como dono da terra, identificado com sua natureza. Assim, é adotado o mito do “bom selvagem”, com uma conseqüente valorização do índio, sobretudo em detrimento do negro, presença forte e inegável na formação da nação brasileira desde os tempos da colônia.

Como todo o nacionalismo precisa de uma história de passado, o nacionalismo brasileiro, logo após a Independência, precisava encontrar uma parte de sua história que não tivesse sido compartilhada com Portugal. A nacionalidade brasileira precisava distinguir-se da portuguesa, e, talvez por serem considerados tão diferentes dos portugueses e tão próprios do Brasil, os indígenas tivessem sido proclamados os donos dessa terra.

O fato é que houve uma coincidência entre o movimento da Independência e a importação da estética romântica. Isso permitiu a união do movimento político ao literário. Essa união, aliada à preferência dos

românticos pelo exótico e pelo distante e ao caráter ideológico do indianismo, foi a responsável pela intensidade do indianismo nesse período.

O indianismo conferia ao povo brasileiro uma imagem favorável, pois o selvagem possuía amor à liberdade, apego à terra e aos valores individuais. O conteúdo ideológico implícito encontrava-se na imagem do passado atrelada ao índio. Não havia qualquer ameaça à ordem vigente e à escravatura.

Alguns escritores românticos compartilhavam da idéia de que o elemento escravo não poderia ser o legítimo representante do país. Era necessária uma figura não escravizada, inocente, nativa, ligada à natureza, que tivesse surgido e pertencesse a esta terra, com um passado sem manchas. A idéia de que o índio não se adaptara ao trabalho escravo parecia justificar e escravidão do negro, como se este pudesse ser feliz com sua situação. Não fazia parte desse discurso, porém, o fato da população indígena já estar sendo massacrada e marginalizada. Para Bernd,

a visão edênica e harmônica da vida nos primeiros tempos, a atribuição de traços positivos aos indígenas, o ufanismo que leva constantemente o autor à exaltação da natureza e do “bom selvagem”, se entrecruzam para dar gênese à narrativa, caracterizando uma *consciência eufórica*, na qual a supervalorização do regional e do natural compensam a situação de atraso da nação brasileira (2003, p. 52. Grifo do autor original).

Assim, quando se fala do índio como herói nacional, na verdade, há uma representação inventada, pois a voz do nativo não faz parte desse discurso, que oculta a voz do negro e favorece a cultura da dominação. O que os românticos, principalmente José de Alencar, o maior indianista da prosa, celebravam em suas obras era o exótico, o pitoresco, seguindo o modelo europeu das narrativas de viagem, predominante no século XVI.

Alencar cria, em seus romances, uma espécie de Idade Média brasileira, o que, segundo Moreira Leite (1976), era uma forma de atender às exigências estéticas da época e de dar conteúdo histórico ao nacionalismo. Além disso, Alencar foi mais longe em seu programa nacionalista, dando atenção especial à linguagem utilizada, a qual representa a expressão autêntica do povo.

Outra manifestação dessa cultura hegemônica é ainda mais evidente quando a nação é representada através de uma personagem feminina. Zilberman comenta que

no contexto dessa representação, a mulher índia desempenhou papel singular. Ela não traduz apenas a primitividade, pujança e exotismo da paisagem. Definida desde a sexualidade apresenta-se de imediato como tentação e oportunidade de pecado. Contudo, sua inserção no ambiente natural é tão intensa que aquela possibilidade se esvai, sem que ela perca a feminilidade (1994, p. 88-9).

À mulher, principalmente na fase Indianista do Romantismo, cabia o papel de simbolizar todo um continente, no caso, a América. Representava a fraqueza, a debilidade e a submissão, características comumente associadas ao sexo feminino. O dominador, a Europa, era personificado pelo homem branco, forte, corajoso e normalmente culto. Aí estão colocadas não só uma situação de dominação de um continente em relação ao outro, mas da real posição em que se encontrava a mulher naquele tempo, em meio a uma sociedade patriarcal, na qual o homem sempre se impunha a ela.

4.2 A visão do caráter nacional no século XIX

Conforme foi visto, os escritores românticos brasileiros tiveram uma grande preocupação a respeito da fixação de símbolos nacionais e da criação de uma literatura própria do país. Tanto a louvação da natureza nativa, quanto a “invenção” de um herói nacional – sejam esses mitos importados ou não – tiveram a função de delinear uma imagem positiva do Brasil, sobretudo, deixando bem distintas as diferenças em relação a Portugal.

Como o início do Romantismo brasileiro é datado por volta de 1836, esse movimento mais ou menos coincidiu com o período de realização da independência do país, em todos os aspectos. Sentia-se a necessidade de afirmação e de diferenciação. Buscava-se uma consciência nacional e traços que tornassem o Brasil há pouco independente uma nação com características únicas, próprias e marcantes, enfim, um país com identidade.

A questão da identidade nacional, a qual envolve conceitos de nação, e elementos como consciência nacional, patriotismo e nacionalismo, tem sido ao longo dos anos objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento: antropologia, sociologia, política, história e psicologia, entre outras. Também o é da literatura. Sendo a literatura um veículo de preservação de tradições e símbolos e resgate da memória de um povo, em suas diversas épocas, percebem-se mudanças no modo de escritores e intelectuais verem o país.

Dessa forma, tem-se, com todas as mudanças socioculturais no Ocidente, o declínio da burguesia, a industrialização incipiente e os avanços do capitalismo, da ciência e da tecnologia, uma nova visão a respeito da nação e dos elementos que a constituem, de modo geral, e uma forma mais específica de se pensar sobre o Brasil, baseando-se nas teorias em evidência nessa época.

A maior parte dessas teorias científicas está vinculada à questão racial. De acordo com as características do Naturalismo, contemplam

também o meio e o momento. Logo, para ressaltar a visão de identidade e do caráter nacional preponderante no Brasil do século XIX, serão considerados os estudos de Sílvio Romero, pois a ele cabe uma visão mais abrangente do país no final desse século. Além disso, sua interpretação do Brasil marcou os estudos brasileiros e também a História da Literatura Brasileira, influenciando importantes nomes como Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e até mesmo Gilberto Freyre.

Da mesma forma que influenciou, Sílvio Romero também teve em sua obra nítida influência dos autores europeus em voga naquele tempo, no qual uma aura de cientificismo e progresso tecnológico impregnava o Ocidente. Moreira Leite (1976) assinala que Sílvio Romero dependia de leituras ocasionais de autores estrangeiros e que, ao criticar o Romantismo, sugere que uma renovação veio da França, com nomes que seriam por ele tidos como mestres: Taine, Renan e Scherer, entre outros.

Assim, também é relevante o conhecimento das concepções a respeito do caráter nacional tidas por um dos grandes autores que serviram como base para a obra de Sílvio Romero. Por apresentar uma visão muito própria do que vem a ser uma nação e dos elementos que a compõem – visão esta que em alguns aspectos não esteve em consonância com a época – , considera-se relevante o estudo de algumas noções transmitidas por Renan.

O historiador francês Joseph-Ernest Renan, um dos autores europeus que agitou o clima intelectual no período realista, manifestou sempre grande confiança na ciência como libertadora do gênero humano. Ele escreveu sobre nação e propôs explicar o que é uma nação. Além disso, buscou a origem histórica da idéia de nação, levando em conta que, para ele, as nações são um fenômeno recente na história, já que não existiam na Antigüidade.

As formas sob as quais a sociedade humana se apresenta, de acordo com ele, são: grandes aglomerações humanas, tais como a China; as tribos, como os árabes, a cidade, como Atenas; as reuniões de países diversos, como o Império Carolíngio; as comunidades sem pátria, como os israelitas; as nações, como a França; as confederações, como a Suíça; os parentescos de raça ou língua. Ele comenta que a nação moderna “é um resultado histórico trazido por uma série de fatos que convergem em um mesmo sentido. Às vezes, a unidade foi realizada por uma dinastia [...]; às vezes, pela vontade direta das províncias [...]; às vezes, por um espírito geral, tardiamente vencedor dos caprichos da feudalidade [...]” (2000, p. 12).

Além disso, o historiador discorda dos teóricos políticos que acreditam que a nação é, antes de tudo, uma dinastia, a qual representa uma antiga conquista, que é aceita no início, para logo após ser esquecida pela massa do povo. Ele crê que uma nação pode existir sem princípio dinástico, e mesmo as nações constituídas por dinastias podem desligar-se dessa dinastia e continuar existindo sem prejuízo algum: “além do direito dinástico, há o direito nacional” (p. 13).

Alguns elementos que, de acordo com diversos pensadores de sua época, fundamentaram o direito nacional foram a raça, a língua, a religião, a comunidade de interesses e a geografia. Para Renan, esses elementos são questionáveis, pois nenhum deles pode ser usado sozinho para definir uma nação. Positivistas e evolucionistas acreditavam, por exemplo, na força da raça como fundamento de um povo. Também pensavam que a miscigenação fosse um fator de enfraquecimento de uma nação. Renan discordava de tais idéias, ao expor que “as primeiras nações da Europa são nações de sangue essencialmente misturado” (p. 15) e que a raça, como é entendida pelos historiadores, pode ser feita e desfeita. Isso explicaria por que pessoas de raças diferentes derramam seu sangue pela mesma causa.

Seu conceito de nação parte de um elemento essencial: o homem. A nação é apresentada por ele como uma alma, um princípio espiritual, constituído por dois elementos. Um, relativo ao passado – “a posse comum de um rico legado de lembranças” –, e o outro localizado no presente – “o desejo de viver junto, a vontade de continuar a fazer valer a herança que se recebeu indivisa” (p. 19). Ele declara, ainda, que

o homem não é escravo nem de sua raça, nem de sua língua, nem de sua religião, nem do curso dos rios, nem da direção das cadeias de montanhas. Uma grande agregação de homens, de espírito são e coração caloroso, cria uma consciência moral do que se chama nação. À medida que esta consciência moral prove sua força pelos sacrifícios que a abdicação do indivíduo em benefício de uma comunidade exige, ela é legítima, ela tem o direito de existir (p. 20).

Dessa forma, percebe-se que a visão de Renan apresenta, em alguns momentos um idealismo quase que romântico. O historiador contrariava alguns preceitos científicos da época ao ressaltar, por exemplo, que a mistura dos sangues e raças não era fator de enfraquecimento de uma nação. Mesmo tendo absorvido algumas idéias de Renan, Sílvio Romero também fez leituras de Comte, Spencer e Darwin, que eram autores evolucionistas.

Apesar das diferenças existentes entre eles, tais autores acreditavam numa evolução linear da história humana, que teria como ponto final a sociedade europeia do século XIX. A partir das teorias de Darwin, crê-se que a evolução resulta da luta entre os mais fortes e os mais fracos pela vida. Como os mais aptos sempre vencem, transmitem aos seus descendentes essa maior adaptabilidade ao ambiente. Isso resulta em uma história humana que pode ser explicada por meio de critérios físicos ou biológicos: a raça e o meio. Uma vez que se leva em conta que os caracteres adquiridos

são transmitidos, o meio também imprime caracteres que serão herdados pelos descendentes.

Segundo essa teoria, acreditava-se que a raça ariana era a mais adaptada e capaz. Isso justificaria o predomínio da raça branca e algumas de suas futuras conquistas. As demais raças eram, portanto, consideradas inferiores. No que diz respeito ao Brasil, composto dessas raças tidas como inferiores, pensava-se, logicamente, que o país estava condenado a ser dominado por raças superiores ou, no mínimo, a ter um futuro bem pouco promissor.

Moreira Leite (1976) expõe que, em uma perspectiva intelectual, essas teorias apresentariam um outro desafio: como explicar a vida intelectual brasileira, se, teoricamente, a criação artística e científica é resultado da raça e no Brasil não se poderia falar numa raça? Sílvio Romero tentou enfrentar esse problema singular e, talvez justamente por isso, tenha havido tantas contradições em sua resposta. Ele estava convencido da inferioridade racial e do atraso do brasileiro, mas, mesmo assim, tentou organizar um esquema futuro a fim de que o brasileiro se integrasse no desenvolvimento racial da humanidade.

Ao negar a existência de movimentos artísticos autônomos, o autor atacou o Romantismo e o Indianismo. Contudo, buscou as raízes populares da literatura e, por meio da característica nacional dos autores do Brasil, procurou definir o seu valor. Logo, como afirma Moreira Leite, “Sílvio Romero, embora negando o Romantismo, acaba por afirmá-lo, ao tentar uma definição das características brasileiras e ao procurar sua expressão” (p. 185).

Em uma primeira fase o crítico negou qualquer valor ou originalidade que a vida intelectual brasileira pudesse ter. Porém, no prefácio à primeira edição da *História da Literatura Brasileira*, publicado em 1960, Sílvio Romero reconhece uma mudança de opinião em três fases distintas: a do otimismo,

do pessimismo radical e da crítica imparcial, com a qual deparou-se após o estudo da vida brasileira. Essas mudanças, ainda que o próprio crítico não possa justificá-las, mostraram sua concepção da História do Brasil.

Quando discute os possíveis fatores da literatura brasileira, Sílvio Romero afirma que a História do Brasil deve ser a história da formação de um tipo novo, o mestiço, produto final da ação de cinco fatores: “o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira”. Ele afirma que “todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas idéias” (p. 54).

Então, o crítico observa que se deve estudar tudo que tem contribuído para a diferenciação nacional, e esse é um novo critério para atribuição de valor aos novos escritores. Ele considera um tipo positivo, que deve ser valorizado, aquele que trabalhou para a determinação do caráter nacional brasileiro. Logo, o tipo negativo é o vulgar imitador português, sem ação, que deve ser desprezado.

Embora seu critério se assemelhe aos estabelecidos pelos românticos, Sílvio Romero deixa claro que não é esse o caminho pelo qual enveredará. O crítico explica:

Pretendo escrever um trabalho naturalista sobre a história da literatura brasileira. Munido do critério popular e étnico para explicar o nosso caráter nacional, não esquecerei o critério positivo e evolucionista da nova filosofia social, quando tratar de notar as relações do Brasil com a humanidade em geral (1960, p. 57).

Ao comentar os cinco fatores da História do Brasil, Sílvio Romero inicia pela natureza, onde se depara com as informações de Buckle sobre o país. Ele concorda com a descrição do atraso brasileiro expressa pelo autor, mas renega a determinação dos fatores proposta por Buckle. A tese de Buckle é que se o Brasil não chegou a desenvolver uma civilização, isso ocorreu devido ao ventos alísios. Tal afirmação, longe de merecer os

comentários de Sílvio Romero, se constitui numa notável ignorância sobre a natureza brasileira.

Romero, ao debater essa observação, lança uma proposta diferente sobre esses fatores. Para ele, as causas poderiam ser classificadas como primárias ou naturais, secundárias ou étnicas e terciárias ou morais. Entre as primeiras, enumerava o excessivo calor, as secas, as chuvas torrenciais na Amazônia, a falta de vias fluviais entre o São Francisco e o Parnaíba e as febres da costa. Como fator secundário, destacava a incapacidade relativa das três raças que constituíam a população do país. Finalmente, definia entre as causas terciárias os fatores históricos: política, legislação, usos e costumes, os quais são efeitos que também atuam posteriormente como causas.

Assim, Sílvio Romero passa à descrição do clima brasileiro seguindo os estudos feitos por Michel Lévy. Este, de acordo com os hábitos da época, mostra que o clima quente e úmido é prejudicial à saúde, causando vários tipos de doenças. Romero aceita essa descrição como mais ou menos exata. Verifica, por outro lado, que o país não tem “monstruosidades naturais”, como desertos, montanhas ou vulcões, e que as noites brasileiras são “claras e tépidas”. Mesmo acreditando nas teorias científicas e mostrando-se pessimista, às vezes quase cético, quanto ao povo brasileiro e sua produção intelectual, Romero constata:

Se a nossa literatura, submetida a um exame sério, não justificar este lado bom de nosso meio, será que os agentes maléficos não só nela influíram. Creio, porém, que, por este lado, tudo não foi em pura perda para nós. O caráter prático do português, aliado a raças tropicais como a tupi e a africana, não produziu somente entre nós tipos enfermos e desequilibrados; produziu também homens válidos, de uma lucidez de espírito, duma intuição pronta e segura, que constitui o melhor título de nossas populações em geral. O brasileiro, em regra, é abstêmio;

não perdeu ainda os estímulos do sério e noto que ele deseja o progresso de sua pátria. A literatura não se tem limitado a chorar e maldizer; de quando em vez também se tem ouvido o riso franco da jovialidade e a alegria entusiástica das crenças firmes e expansivas (1960, p. 95-96).

No momento em que analisa com mais propriedade os fatores secundários, Sílvio Romero argumenta que a união da raça branca com as outras – índia e negra – permitiu a formação de uma sub-raça crioula e mestiça, diferente da européia. Sobre o destino dessa raça mestiça, o crítico parece ter algumas dúvidas. Em alguns momentos, parece crer na originalidade de uma raça futura com o *branqueamento* da população. Em outros, acredita na necessidade da imigração para que a degeneração do sangue provocada pelo clima seja compensada.

Os defensores do *branqueamento* eram os chamados darwinistas sociais, ou evolucionistas, adeptos da teoria social de Spencer, derivada da visão de evolução natural de Darwin. Conforme comentado anteriormente, segundo essa teoria, a população negra e mista estava condenando o Brasil à categoria de país subdesenvolvido, ao contrário, por exemplo, dos Estados Unidos, poderosos porque eram racialmente superiores (Brookshaw, 1983). Daí a idéia da purificação, do “retorno à cor branca”, com a vinda dos imigrantes europeus³.

Em relação aos fatores terciários, ao escrever sobre as relações econômicas, instituições políticas e sociais da Colônia, do Império e da República, Sílvio Romero esboça um panorama bem realista da situação brasileira. Ele aponta a primazia das necessidades econômicas e mostra como as principais fases da literatura brasileira correspondem às várias fases do desenvolvimento econômico. Além disso, assinala que a ausência

³ Ver também SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

de população pode ser explicada pelos latifúndios e pela inexistência de qualquer atividade econômica. Para isso, ele apresenta uma solução: “dando incremento às classes produtoras, preparando um maior número de cidadãos aptos à vida dos tempos modernos, iremos formando o nosso povo, que será então capaz de resistir às classes parasitas que têm em suas mãos os nossos destinos” (1960, p. 143).

Nota-se que em seus comentários sobre as instituições econômicas e sociais no Brasil, Sílvio Romero parece esquecer as teses sobre o clima e a raça em que se baseiam muitas de suas colocações. O que interfere na colonização não é o clima, nem a raça, mas apenas a vida econômica. E é ela ainda que explica, de acordo com ele, os diferentes ciclos da literatura brasileira.

Moreira Leite (1976), ao observar as diversas contradições nos estudos de Sílvio Romero, cria hipóteses sobre uma possível explicação para esse fato. Para ele, Romero absorveu as teorias da época e, como tais teorias não eram corretas, sem dúvida iriam provocar contradições quando aplicadas à realidade concreta. Outra hipótese é a da falta de recursos intelectuais ou mesmo de iniciativa para contrariar as teorias dos mestres, o que obrigava o crítico a repetir informações inadequadas, mesmo tendo a realidade para desmenti-lo. Às vezes, seu bom senso parecia se sobrepor aos postulados dos mestres.

A corrente do nacionalismo otimista que acompanhara a literatura até então seria partida pela visão crítica de Sílvio Romero. Em termos genéricos, essa foi a grande ruptura entre as estéticas romântica e realista no Brasil. A natureza exótica e exuberante festejada pelos românticos seria acusada de provocar males à saúde e à vida do brasileiro; o homem, outrora considerado herói destemido e glorioso, seria apresentado como um ser inferior em relação aos homens de outros países, principalmente, das nações européias avançadas. Contudo, a despeito do pessimismo, Sílvio

Romero acreditava-se um nacionalista, e, como afirma Moreira Leite “talvez não seja falso dizer que se acreditava um nacionalista realista, oposto ao anterior nacionalismo otimista” (1976, p. 192).

Apesar das contradições e da crença em teorias racistas e aristocráticas, a contribuição de Sílvio Romero para a história da literatura brasileira foi bastante significativa. Foi ele quem primeiro traçou um perfil do povo e da nação brasileira, ainda que um pouco pessimista. Entretanto, mostra, em seus trabalhos, que não era totalmente descrente no povo brasileiro. Via um futuro promissor. Além disso, incorpora em sua obra, como mencionado antes, várias teorias científicas do século XIX, as quais marcaram a intelectualidade brasileira naquele momento, sendo, portanto, de grande préstimo para a análise das obras de Aluísio Azevedo.

5 O RETRATO DA NAÇÃO DECADENTE EM *O MULATO*

5.1 Racismo e hipocrisia na sociedade maranhense

Na Literatura Brasileira, vários são os exemplos de personagens marcantes, que se tornaram clássicas em estudos acadêmicos e festejadas pela crítica ao longo dos anos. Dessas personagens, muitas são figuras femininas, mulheres imaginadas por escritores que, para tanto, baseavam-se em suas próprias concepções sobre gênero e/ou observações acerca da realidade. Essas mulheres fictícias – às vezes, nem tanto – tornaram-se célebres pelas características que lhe foram atribuídas pelos seus autores: as machadianas, por exemplo, são enigmáticas, sedutoras, pérfidas; as alencarianas, por outro lado, são sensíveis, submissas, desprotegidas.

Em relação às personagens femininas de Aluísio Azevedo, ainda que muitas teorias nas quais o autor acreditava e a filosofia positivista em evidência na época situassem a mulher como criatura inferior em relação ao homem, destinada à reclusão do lar, sem direito a exercer uma profissão ou sequer ter opinião própria, constata-se que o autor as coloca em evidência em suas obras. As figuras analisadas – Ana Rosa, de *O mulato*; Amélia e Ângela, de *Casa de pensão*; Rita Baiana, Bertoleza e Estela, de *O cortiço* – não possuem necessariamente traços comuns. São bastante diversas umas das outras, a não ser no que concerne à forma como são construídas.

Não se deve, contudo, perder de vista o tema principal deste estudo, que é a representação da identidade nacional nos romances citados. De certa forma, e é isso que se busca, todos eles, a seu modo, reproduzem a nação brasileira e, como figura essencial de cada uma dessas narrativas e profundamente vinculada ao meio, a personagem feminina pode ser relacionada ao país.

No romance inaugural do Naturalismo brasileiro, *O mulato*, Aluísio Azevedo aborda um tema polêmico: o preconceito racial. Todavia, não é só nesse assunto que o autor se detém. Como bom romance combativo, em *O mulato*, encontram-se críticas ferozes ao clero, às instituições burguesas, e a uma sociedade, na visão do escritor, hipócrita e cheia de vícios. A personagem central da história é Raimundo, mulato inverossímil, o qual, involuntariamente, é o causador de todos os conflitos.

A história do nascimento de Raimundo, na obra, aparece num *flashback*, quando a seqüência narrativa é interrompida para que o leitor tome conhecimento de vários fatos importantes de sua vida, como sua origem, a história de seus pais e o ambiente em que nasceu, que explicam sua personalidade, comportamento e vários acontecimentos futuros.

O jovem Raimundo é filho do português José Pedro da Silva com sua escrava negra Domingas. Nasceu na fazenda São Brás. Após seu nascimento, seu pai, na ânsia de se estabelecer, casa-se com Quitéria Inocência de Freitas Santiago, mulher impiedosa e cruel com os escravos. Percebendo a atenção que José Pedro dedicava à Domingas e ao menino, Quitéria, desequilibrada pelo ódio, ordena que a negra seja açoitada e torturada na presença do filho, o que vem a constituir uma das cenas mais chocantes do romance.

A partir desse episódio, surgem os primeiros sintomas de loucura em Domingas. Ao tomar ciência do incidente, indignado com a crueldade da esposa, José Pedro leva o menino para a casa do irmão, o comerciante

português Manoel Pescada, em São Luís. De volta à fazenda, flagra Quitéria e o então jovem Padre Diogo em adultério. Descontrolado, José Pedro estrangula a esposa e forma um pacto de cumplicidade com o Padre Diogo: um esconderá a culpa do outro. Doente de desgosto, José Pedro parte novamente para casa do irmão. Depois de restabelecido, resolve voltar à fazenda, mas é assassinado no meio do caminho por ordem do Padre Diogo.

Assim, órfão de pai e afastado da mãe, Raimundo sai criança da cidade de São Luís do Maranhão para Lisboa. Depois de anos na Europa, o rapaz volta formado para o Brasil. Passa um ano no Rio de Janeiro e decide regressar a São Luís para rever seu tio Manoel e tratar da venda de terras e de outras propriedades. É bem recebido pela família do tio, e logo desperta as atenções de sua prima Ana Rosa. É o início do trágico caso de amor, interpretado do ponto de vista de um naturalista.

Essa paixão, como não poderia deixar de ser, encontra obstáculos: o pai, que quer o casamento da filha com o caixeiro Luís Dias; a avó, Dona Maria Bárbara, extremamente racista; e o maquiavélico Cônego Diogo, velho amigo da família e adversário não declarado de Raimundo. Todos conhecem a origem do rapaz. O próprio, fato curioso, parece ignorá-la, mas tem como maior preocupação o esclarecimento de mistérios a respeito de seu passado.

Assim que tem conhecimento do amor que a prima lhe dedica, Raimundo resolve pedi-la em casamento. Seu tio recusa o pedido diversas vezes, sem ter razões aparentes. Todavia, por insistência de Raimundo, revela que o motivo da proibição deve-se à cor de sua pele.

Desiludido, o jovem muda-se da casa do tio e decide ir embora de São Luís. Antes, confessa em carta seu amor pela prima. Esse fato faz com que acabe não viajando. Apesar de todas as proibições, ele e Ana Rosa, que está grávida, arquitetam um plano de fuga. Porém, o plano é descoberto e

Dias, instigado pelo Cônego Diogo, termina assassinando o rival com um tiro nas costas. Ana Rosa perde o filho.

A história é narrada em 3ª pessoa, sendo o narrador plenamente onisciente. A linguagem narrativa é minuciosa e rica em detalhes, bem ao gosto naturalista, o que proporciona uma impressão de realidade. Um exemplo disso é a descrição da cidade de São Luís, no início do romance:

Era um dia abafadiço e aborrecido. A pobre cidade de São Luís do Maranhão parecia entorpecida pelo calor. Quase que se não podia sair à rua: as pedras escaldavam; as vidraças e os lampiões faiscavam ao sol como enormes diamantes; as paredes tinham reverberações de prata polida; as folhas das árvores nem se mexiam; as carroças d'água passavam ruidosamente a todo o instante, abalando os prédios; e os aguadeiros, em mangas de camisa e pernas arregaçadas, invadiam sem cerimônia as casas para encher as banheiras e os potes. Em certos pontos não se encontrava viva alma na rua; tudo estava concentrado, adormecido; só os pretos faziam as compras para o jantar ou andavam no ganho (Cap. I, p. 19).

É nesse ambiente abafado, tanto do ponto de vista climático quanto social, que são apresentadas as personagens. Manoel Pescada “era um português de uns cinqüenta anos, forte, vermelho e trabalhador. Diziam-no atilado para o comércio e amigo do Brasil” (Cap. I, p. 17). Como enviuvou cedo, sua filha Ana Rosa acabou sendo criada por ele e pela avó materna, Dona Maria Bárbara. Era uma jovem bonita e bastante sonhadora, de tez muita clara, olhos pretos e cabelos castanhos. Raimundo, herói romântico idealizado por ela,

tinha vinte e seis anos e seria um tipo acabado de brasileiro, se não foram os grandes olhos azuis, que puxara do pai. Cabelos muito pretos, lustrosos e crespos; tez morena e amulatada, mas fina; dentes claros que

reluziam sob a negrura do bigode; estatura alta e elegante; pescoço largo, nariz direito e fronte espaçosa. (...) Tinha os gestos bem educados, sóbrios, despidos de pretensão, falava em voz baixa, distintamente, sem armar ao efeito; vestia-se com seriedade e bom gosto; amava as artes, a ciência, a literatura e, um pouco menos, a política. (Cap. III, p. 48-49).

Observa-se, na descrição de Raimundo, a idealização própria dos escritores românticos, a superioridade absoluta: moral, intelectual e física. Cientificamente, sua descrição física não pode estar correta, pois é filho de pai branco e mãe negra. Sua figura contrasta em tudo com a do rival, o caixeiro Luís Dias:

[...] era um tipo fechado como um ovo, um ovo choco que mal denuncia na casca a podridão interior. Todavia, nas cores biliosas do rosto, no desprezo do próprio corpo, na taciturnidade paciente daquela exagerada economia, adivinhava-se-lhe uma idéia fixa [...] Não desdenhava qualquer meio para chegar mais depressa aos fins [...] Lama ou brasa – havia de passar por cima; havia de chegar ao alvo – enriquecer. Quanto à figura, repugnante: magro e macilento; um tanto baixo um tanto curvado, pouca barba, testa curta e olhos fundos (Cap. II, p. 43-44).

Pode-se dizer que Dias, assim como o Cônego Diogo, representa o triunfo do mal, outro elemento naturalista. Incitado pelo Cônego, pois sozinho não teria coragem para tanto, Dias mata Raimundo. Após certo tempo, casa-se com Ana Rosa e torna-se sócio da casa comercial de Manoel. Ninguém consegue descobrir o assassino.

O Cônego Dias, mentor do assassinato de Raimundo, é uma personagem ardilosa, dissimulada e maquiavélica. Era muito amigo da família de Manoel Pescada e muito respeitado pelos demais cidadãos de São Luís. “Era um velho bonito; teria quando menos sessenta anos, porém

estava ainda forte e bem conservado; o olhar vivo, o corpo teso, mas unguido de brandura santarrona” (Cap. II, p. 32-33). Vivia preocupado com o próprio conforto e bem-estar. Além disso, por meio dos pormenores revelados pelo narrador, constata-se que o padre era vaidoso; procurava vestir-se com elegância e cuidava com esmero de sua aparência. O anticlericalismo, evidente na obra, é projetado na figura do padre e depois cônego Diogo, devasso e assassino:

Diogo sorriu, aparentemente satisfeito; mas, se alguém lhe pudesse ouvir o que resmungava ao descer as escadas, ter-se-ia admirado de ouvir estas e outras frases:

– Diabo!... Querem ver que ainda não se vai desta, o maldito?... E eu, que já o tinha por despachado?...

No dia seguinte, dizia o velhaco ao futuro compadre:

– Bom, agora que o nosso homem está livre de perigo, posso ir mais sossegado para a minha paróquia... Já não vou sem tempo!...

E despediu-se, todo boas palavras e sorrisos angélicos, acompanhado pelas bênçãos da família (Cap. III, p. 57).

Essas e as demais personagens do romance, como Freitas, sua filha Lindoca, D. Amância, D. Maria do Carmo e suas sobrinhas Bibina e Etelvina, representam tipos de São Luís. Junto com Ana Rosa e Manoel, constituíam o que D. Maria Bárbara chamava de “panelinha”. Através da caracterização dos costumes da província, faz-se uma idéia do tipo de sociedade que havia no Maranhão naquele tempo: hipócrita e preconceituosa.

5.2 Romantismo e histeria na figura de Ana Rosa

A figura de Ana Rosa, além de retratar a histeria típica das personagens naturalistas, remete à condição da mulher do século XIX:

[...] cresceu, pois, como se vê, entre os desvelos insuficientes do pai e o mau gênio da avó. Ainda assim aprendera de cor a gramática do Sotero dos Reis; era alguma coisa; sabia rudimentos de francês e tocava modinhas sentimentais ao violão e ao piano. Não era estúpida; tinha a intuição perfeita da virtude, um modo bonito, e por vezes lamentara não ser mais instruída. Conhecia muitos trabalhos de agulha; bordava como poucas e dispunha de uma gargantazinha de contralto que fazia gosto ouvir (Cap. I, p. 25-26).

A jovem, consoante à realidade daquele tempo, fora educada para agradar aos homens e para ser mãe. Esse era o único caminho que uma moça honesta e bem criada deveria seguir. Ela via-se como uma dona-de-casa, pensando nos filhos e cuidando do esposo como uma escrava. Não se pode esquecer que o casamento, de certa forma, enobrecia a mulher, sendo, portanto, sua única possibilidade de ascensão social (Rocha-Coutinho, 1994).

O que mudou ao longo da época foi o trato em relação aos casamentos de conveniência. Os arranjos matrimoniais eram negócios estabelecidos entre famílias e a mulher era parte fundamental dessa transação. Se o esposo que lhe fora destinado satisfazia ou não seu gosto, ninguém dava importância ou sequer lembrava de perguntar. Com a valorização do Romantismo, a situação se alterou: muitas moças não mais se submetiam a uniões sem amor.

Reflexo disso está tanto nas atitudes da mãe quanto nas do pai de Ana Rosa. A mãe, Mariana, muito doente e em seus derradeiros instantes de vida, lhe dera um conselho: “não consintas nunca que te casem, sem que ames de veras o homem a ti destinado para marido. Não te cases no ar! [...]”

A gente deve casar porque ama, e não ter de amar porque casou” (Cap. I, p. 25).

Mariana falava por experiência. Ela mesma se casara com Manoel Pescada por conveniência. Amara outro homem, com quem a família não havia permitido sua união, e dele jamais se esquecera. Tinha a filha como uma confidente, a quem segredava seus desgostos. Torna-se claro, na obra, que morrera de amor.

O narrador mostra que as palavras de Mariana muito impressionaram Ana Rosa, que, quando do acontecido, era criança e nem entendera bem o que a mãe lhe havia dito. Porém, esse conselho serve de base para sua conduta ao longo da história e como justificativa para sua determinação de jamais se casar sem amor, mesmo que para tanto “comettesse os maiores sacrifícios, arriscasse a própria vida” (Cap. I, p. 25).

Embora fosse da aprovação de Manoel Pescada o casamento da filha com o caixeiro Dias, pois além de genro, queria-o também para sócio, Ana Rosa não é forçada, em momento algum, a aceitar o matrimônio. O pai apenas trazia por vezes o assunto à baila, o qual, não se pode deixar de mencionar, desagradava imensamente à moça. Manoel Pescada somente faz preponderar sua autoridade quando a filha demonstra claro interesse em unir-se a Raimundo. Se fosse qualquer outro rapaz, desde que fosse branco, não haveria problema.

Desde as primeiras páginas do romance, nota-se certa inquietação em Ana Rosa. Segundo o narrador, a jovem não se alimentava, tinha crises de humor, dormia menos e estava cada vez mais pálida. Uma estranha doença a acometia e, conforme o médico da família, só havia um remédio para curá-la: o casamento, o mais depressa possível. De acordo com Pereira,

Ana Rosa é a encarnação da mulher tal como a entenderam em regra os nossos naturalistas, isto é, tão somente uma fêmea. As preocupações científicas, e também a reação contra os românticos, que só concebiam heroínas de angélica pureza, levaram-nos a aproveitar – e exagerar – as lições de Charcot sobre a histeria feminina. As funções procriadoras eram as únicas que concediam às mulheres. Desde que, apenas formadas, não tivessem um marido para enchê-las de filhos, todas se tornavam nervosas, desorientadas, infelizes (1988, p. 145).

Ana Rosa era submissa e dócil. Mas até certo ponto. No momento em que encontra em Raimundo a imagem do herói que viria salvá-la da mediocridade da vida em São Luís, declara seu amor por ele. Para Brookshaw, “a trágica conseqüência do relacionamento das personagens origina-se do efeito desastroso da paixão mulata sobre a fraca sensibilidade feminina” (1983, p. 45). Conforme o narrador, Ana Rosa

entontecia de pensar nele. O hibridismo daquela figura, em que a distinção e a fidalguia do porte harmonizavam caprichosamente com a rude e orgulhosa franqueza de um selvagem, produzia-lhe na razão o efeito de um vinho forte, mas de uma doçura irresistível e traidora; ficava estonteada; perturbava-se toda com a lembrança do contraste daquela fisionomia, com a expressão contraditória daqueles olhos, suplicantes e dominadores a um tempo; sentia-se vencida, humilhada [...] (Cap. V, p. 92).

Surpreso, o rapaz começa a prestar mais atenção na prima, e termina por corresponder ardentemente aos seus sentimentos. Tomada pela luxúria, a jovem não hesita em entregar-se ao rapaz e fica grávida dele. Chega a enfrentar toda a família, inclusive seu querido pai, por amor a Raimundo.

Contudo, a vontade de Manoel Pescada prevalece. Ela não se casará com o mulato de forma alguma. Mesmo grávida, o comerciante e o Cônego

Diogo arquitetam uma maneira de fazer com que a moça se case com Luís Dias. E é isso o que realmente acontece. No final da história, vê-se Ana Rosa, seis anos depois, sair de uma recepção oficial no Clube Familiar com seu marido Dias, “muito preocupada em apanhar a cauda do seu vestido, e pensando, naturalmente, nos seus três filhinhos, que ficaram em casa a dormir” (Cap. XIX, p. 285-286).

Essa ironia final coloca por terra toda a idealização romântica de Ana Rosa e Raimundo. Morto o primo, a jovem acaba por se casar com o assassino Dias, o marido que tão ferozmente rejeitara, e parece levar a seu lado uma feliz e próspera vida burguesa.

Ana Rosa e Raimundo, juntos, representam uma nação. No momento da publicação do romance, fazia-se a campanha abolicionista, da qual Aluísio Azevedo certamente havia sido partidário. Brookshaw comenta: “o aspecto mais original da caracterização que Azevedo faz do mulato [...] é que essa caracterização serve de símbolo para o Brasil” (1983, p. 45). Ora, se Raimundo representa o contingente mestiço da população, Ana Rosa é a parte branca, o sangue europeu, essencialmente superior. Essa união das personagens não deve ser pensada como uma positiva mistura de raças. Antes, remete à teoria do *branqueamento*, defendida pelos darwinistas sociais. No contexto da época, de acordo com Skidmore

[...] os abolicionistas brasileiros falaram sobre o papel da raça na História. A maioria deles previu um processo “evolucionista” com o elemento branco triunfando gradualmente. Estavam preparados até para acelerar essa “evolução”, promovendo a imigração européia, a que eram favoráveis por dois motivos: primeiro, os europeus ajudariam a compensar a escassez de mão-de-obra resultante da eliminação do trabalho escravo [...]. Em segundo lugar, a imigração ajudaria a acelerar o processo de “branqueamento” no Brasil (1989, p. 40).

Isso significa que parte dos abolicionistas, ao contrário do que se possa imaginar, não tinha interesse no bem-estar dos escravos. Agia de acordo com doutrinas científicas européias, interesses econômicos e políticos. No entanto, na obra *O mulato*, a união das raças e a promoção de um possível *branqueamento* não se consolidam. O filho de Ana Rosa e Raimundo nem chega a nascer.

O jovem mulato é o elemento fraco no romance. Ainda que suas qualidades sejam exaltadas ao longo da obra, Raimundo perece, subjogado pelos mais fortes, como postula a teoria da seleção natural de Darwin. Ana Rosa, representante da raça tida como superior, junta-se a Dias, português, seu igual, e com ele finalmente consegue ter os filhos que tanto desejava, assumindo a condição que supostamente a distanciava da histeria: esposa fiel e mãe.

6 ESPAÇOS DIVERGENTES EM CASA DE PENSÃO

6.1 A comercialização da virtude

O romance *Casa de pensão*, de Aluísio Azevedo, foi publicado primeiramente em folhetim, fato comum na época. Obteve êxito e, no mesmo ano de sua aparição, 1883, teve três edições esgotadas.

O enredo é baseado na história de um crime, a chamada “questão Capistrano”, que alvoroçou a sociedade daquele tempo. Tal crime consistiu no assassinato do jovem estudante Capistrano cometido por seu colega, Antônio Alexandre Pereira. A razão do crime residia no fato de Capistrano ter seduzido Júlia, irmã de Antônio.

Aluísio, então, aproveitando-se da grande popularidade do caso, detalhadamente, por meio das personagens com seus temperamentos característicos, das situações e do contexto, cria uma versão do ocorrido. Mostra, como bom naturalista que era, a influência do meio e das pressões externas sobre o indivíduo; o poder que uma sociedade corrompida tem de sufocar e reprimir qualquer arroubo de criatividade, ou mesmo de dignidade, de um sujeito, tornando-o medíocre e falso.

Esse sujeito pode muito bem ser Amâncio Vasconcelos, o protagonista da história. Várias páginas são gastas com justificativas e explicações sobre o caráter desse rapaz, desde sua infância no Maranhão

até o momento em que parte para prosseguir seus estudos na Corte. O sangue ruim da ama de leite, a má educação fornecida tanto pela família quanto por parte do mestre, na escola, as atitudes dos colegas, tudo isso foi vital para a formação de uma personalidade fraca e libidinosa:

Entretanto, o seu tipo franzino, meio imberbe, meio ingênuo, dizia justamente o contrário. Ninguém, contemplando aquele insignificante rosto moreno, um tanto chupado, aqueles pômulos salientes, aqueles olhos negros, de uma vivacidade quase infantil, aquela boca estreita, guarnecida de bons dentes, claros e alinhados, ninguém acreditaria que ali estivesse um sonhador, um sensual, um louco.

Sua pequena testa, curta e sem espinhas, margeada de cabelos crespos, não denunciava o que naquela cabeça havia de voluptuoso e ruim. Seu todo acanhado, fraco e modesto, não deixava transparecer a brutalidade daquele temperamento cáldo e desensofrido (Cap. II, p. 22-23).

O enredo desenvolve-se em dois núcleos: a província e a Corte, duas partes distintas de uma mesma nação. Ao primeiro núcleo pertencem sobretudo a família de Amâncio e seu mestre dos tempos de criança, Antônio Pires. O segundo compreende, logicamente, uma gama maior de personagens, como Paiva Rocha, colega aproveitador; Luís Campos, dono de uma casa comercial; a esposa deste, D. Maria Hortênsia, e a insignificante cunhada, D. Carlotinha. Ademais, nesse núcleo está inserida a casa de pensão, que dá o título à obra, e todos os seus habitantes.

Nessa casa, cuja direção cabia à francesa Mme. Brizard, Amâncio depara-se com os mais diferentes tipos de pessoas. É ali que tem início uma trama sórdida, que irá culminar com a morte de Amâncio.

A introdução do rapaz na casa ocorre através de João Coqueiro, conhecido de Paiva Rocha, aluno da escola Politécnica e esposo de Mme. Brizard. Ao conhecer o jovem maranhense, num dispendioso almoço por

conta deste, o narrador onisciente dá clara mostra do vivo interesse de Coqueiro pelo rapaz:

Coqueiro estudava-o de socapa, a seguir-lhe os gestos, a fariscar-lhe as intenções. [...] era o único que não estava tonto: seus olhos, pequenos e de cor duvidosa, conservavam a mesma penetração e a mesma fixidez incisiva de ave de rapina; sua boca, estreita, bem guarneçada e quase sem lábios, tinha o mesmo riso arqueado, mal seguro e frio, de quem escuta e observa (Cap. III, p. 47).

Ao sair do almoço e dirigir-se à pensão, Coqueiro imediatamente chama a mulher a fim de comunicar-lhe suas intenções. Ele descreve Amâncio como “um achado precioso”, pois o rapaz “é filho único e tem a herdar uma fortuna”. Além disso, é “um simplório, mas o que se pode chamar um simplório” (Cap. VI, p. 71-72). A princípio, Coqueiro vê em Amâncio um possível e excelente pretendente à mão de sua irmã, Amélia, que já entrara nos vinte e três anos e – numa época em que as moças casavam-se muito cedo – ainda era solteira. Na verdade, Coqueiro apenas pensava em si, nos confortos de que poderia usufruir caso Amâncio se tornasse seu cunhado. Encarrega, então, a mulher de industriar a jovem a respeito do “futuro pretendente”.

Figura aparentemente sem grande iniciativa e personalidade, Amélia, não se pode esquecer, e disso muito bem se encarrega o narrador, crescera em uma casa de pensão:

Cresceu no meio da egoística indiferença de vários hóspedes, vendo e ouvindo todos os dias novas caras e novas opiniões, absorvendo o que apanhava da conversa de caixeiros e estudantes irresponsáveis; afeita a comer em mesa redonda, a sentir perto de si, a seu lado, na intimidade doméstica, homens estranhos, que se não

preocupavam com lhe aparecer em mangas de camisa, chinelas e peito nu (Cap. V, p. 65).

Mesmo assim, a jovem recebera certa educação, mais ou menos comum aos ensinamentos permitidos a uma jovem de família. “Aprendera a ler e a escrever, tocava já o seu bocado de piano e, – se Deus não mandasse o contrário – havia de ir muito mais longe” (Cap. V, p. 65). Sabia por si mesma o que a cunhada viera lhe falar certa tarde: “uma menina pobre, fosse quanto fosse bonita, só com muita habilidade e alguma esperteza poderia apanhar um marido rico” (Cap. VI, p. 72).

Habilidade e esperteza, como pode-se constatar ao longo da trama, não lhe faltavam. Da mesma forma, não lhe faltavam atributos físicos para auxiliá-la na conquista de Amâncio, como mostra o narrador:

Sem ser verdadeiramente bonita de rosto, era muito simpática e graciosa. Tez macia, de uma palidez fresca de camélia; olhos escuros, um pouco preguiçosos, bem guarnecidos e penetrantes; nariz curto, um nadinha arrebitado, beiços polpudos e viçosos, à maneira de uma fruta que provoca o apetite e dá vontade de morder. Usava o cabelo cofiado em franjas sobre a testa, e, quando queria ver ao longe, tinha de costume apertar as pálpebras e abrir ligeiramente a boca (Cap. VI, p. 78).

Embora Amélia fosse muitas vezes comparada a uma avezinha delicada, devido a sua graça e aos “gestozinhos passarinhos”, o narrador também insiste em relacioná-la a uma cobra, em virtude de suas intenções, da estudada sensualidade contida em seus movimentos. Isso remete a sua personalidade um tanto quanto calculista e falsa. Queria ser desejada, atrair o estudante para si a qualquer custo. Para tanto, sabia muito bem o que fazer, como verifica-se neste trecho:

Naquela mulher havia incontestavelmente o que quer que fosse, difícil de determinar, que, não obstante, se entranhava pela gente e, uma vez dentro, crescia e alastrava. O seu modo de falar, as reticências de seus sorrisos, o langor pudico e ao mesmo tempo voluptuoso de seus olhos que espiavam, inquietos, através do franjado das pestanas; a doçura dos seus movimentos ofídios e preguiçosos, o cheiro de seu corpo; tudo que vinha dela zumbia em torno dos sentidos, como uma revoada de cantáridas (Cap. VI, p. 79).

Inicia-se, então, ferrenha empreitada para tornar Amâncio hóspede da casa de pensão, o que realmente acontece, visto que o rapaz, “sem perceber, deixava-se tomar das graças de Amélia” (Cap. VI, p. 78). Toda a família de Coqueiro obsequiava-o, cobria-o de agrados, almejando não o bem-estar do estudante, mas os ganhos financeiros futuros que obteriam com sua vinda à família. Essa adulação coberta de segundas intenções não se limita apenas ao círculo de convivência da casa de pensão de Mme. Brizard, como o narrador repetidas vezes assinala. Ela estende-se também aos colegas de Amâncio, a sociedade de modo geral – com exceção, talvez, da família de Campos – que não concebe o indivíduo como um ser, voltando-se ao âmbito do ter. O único atrativo de Amâncio, dessa forma, parece ser o dinheiro que possui. Isso não somente atrai aproveitadores como também uma rival para Amélia.

Lúcia, uma hóspede da casa de pensão de Mme. Brizard, de fato não é tomada de encantos nem pela aparência, nem pela personalidade do jovem estudante de Medicina. É esperta, muito experiente e enxerga em Amâncio o mesmo que seu senhorio: a salvação financeira, a possibilidade de uma vida melhor.

Vivia perambulando pelas casas de pensão da Corte com Pereira, suposto marido, por quem tinha verdadeiro asco. Sua ligação com ele envolvia uma história “muito triste e muito sensaborona” (Cap. X, p. 115),

que Lúcia esforçava-se para esconder. Não era uma aproveitadora qualquer, embora possuísse evidentes falhas de caráter:

Ela, “a mísera senhora”, vinha, entretanto, de gente honesta e bem conceituada, se bem que muito pouco escrupulosa em pontos de educação. Deram-lhe professores de francês, de música, de desenho; entregaram-lhe enfiadas de romances banais e livros de maus versos; e, todavia, não lhe deram moral nem trataram de lhe formar o caráter. A desgraçada percorreu bailes desde pequena; ouviu o primeiro galanteio aos dez anos de idade; teve a primeira paixão aos doze; aos quinze julgava-se desiludida e sonhava com o túmulo; aos vinte, como é natural, sucumbiu ao palavreado de um primo em segundo grau e bacharel pelo Pedro II (Cap. X, p. 115).

Desonrada, Lúcia tratou de encontrar um marido a fim de manter as aparências. Como Pereira era o único freqüentador da casa de seus pais que parecia aproveitável para o matrimônio, Lúcia meteu-se em sua casa e intimou-o a desposá-la, acusando-o de tê-la seduzido. Para seu infortúnio, Pereira não poderia casar-se com ela, pois já era casado. Tomados de vergonha, seus pais a deixaram e ela, sem ter a quem recorrer, foi acolhida, juntamente com o filho – o qual morreu pouco depois – por um tio de Pereira. Quando o velho morreu, ela e o companheiro puderam apenas ficar com Cora, uma mulatinha de criação do tio.

Lúcia encabeçava o casal, o que era muito natural devido à preguiça e à falta de ânimo de Pereira. A partir de então, sua meta passa a ser encontrar um sujeito em melhores condições para substituir o “marido”. Na casa de pensão de Mme. Brizard, a sexta que ela e Pereira percorriam, pois eram expulsos no momento em que o senhorio via que não dispunham de dinheiro para pagar a hospedagem, finalmente acha o que buscava:

Quando constou a Lúcia que Amâncio era rico e atoleimado, uma nova esperança radiou-lhe no coração.
– É agora!... disse.
E preparou-se para o combate (Cap. X, p. 118).

A primeira impressão que Amâncio tem da “ilustrada senhora” não é das melhores. Tal ocorre porque, afinal, sua figura não é das mais exuberantes. Porém, isso não era um problema para ela. Vivera mais que Amélia e, como esta, sabia precisamente como tornar-se irresistível aos olhos do rapaz.

Seu sucesso é tanto que nada mais resta aos donos da casa do que se aproveitar de um pretexto qualquer para mandá-la embora antes que os planos para o futuro casamento de Amelinha estivessem seriamente comprometidos. Ainda assim, Lúcia não desiste e procura manter contato com Amâncio fora da casa de pensão de Mme. Brizard. No entanto, em um dos encontros, ocorre um desentendimento entre os dois e Amâncio afasta-se dela definitivamente.

A ameaça mais séria ao êxito de Amélia e de seus familiares não estava, contudo, na casa de pensão. Estava um pouco mais distante, na residência do Sr. Luís Batista de Campos, que tão bem acolhera Amâncio quanto este chegara à Corte para estudar. Era a dona da casa, Hortênsia.

Hortênsia tinha todas as qualidades que um homem respeitável desejava encontrar, na época, em uma mulher: “saíra uma excelente dona-de-casa, muito arranjadinha, muito amiga de poupar, muito presa aos interesses de seu marido, e limpa, ‘limpa, que fazia gosto!’” (Cap. I, p. 19). Nela, está retratada um tipo de mulher de classe alta que não era incomum no século XIX: às atribuições de boa dona-de-casa, juntava-se a função de colaboradora e incentivadora do marido. Muitas vezes, como observa Rocha-Coutinho, sua simples presença em festas particulares, teatros ou salões era favorável aos negócios do marido. “A habilidade e a demonstração dos dotes

femininos, inclusive os físicos, nestes eventos, podia ter papel decisivo na elevação social do marido” (1994, p. 79).

Sua conduta, para o marido, estava acima de qualquer suspeita. Resistia às investidas de Amâncio, mas não desgostava do estudante e nem o desencorajava de todo. Tentava apenas seguir à risca o papel que lhe cabia de esposa recatada e fiel. Tal atitude fascinava o rapaz, como outrora ocorrera em relação a Lúcia, que lhe dava esperanças, mas lhe impunha restrições. Com Amélia, a situação havia sido outra, uma vez que o estudante não precisou conquistá-la: ela estava lá, a sua espera. Isso foi, em parte, um erro de estratégia, pois “[...] em naturezas viciadas como a de Amâncio, o mais forte estímulo para o amor é a proibição” (Cap. XIII, p. 165).

Com a indecisão de Hortênsia em relação a ceder aos seus arroubos apaixonados, Amâncio resolve escrever-lhe uma carta. Esta missiva, das mãos de Amélia, que a subtrai do amante, vai cair nas de Campos, bem mais tarde, quando o rapaz já está preso, aguardando julgamento por tê-la seduzido e abandonado. Campos, certo de que a esposa desconhecia totalmente as intenções do estudante, mostra-lhe a carta. Então, naquele momento, o coração de Hortênsia é tocado: “Amava-o agora. Seu espírito atrasado e muito brasileiro descobria nele uma vítima de fatalidades amorosas, e esse prisma romântico emprestava ao estudante uma irresistível simpatia de tristeza, uma deliciosa atração de desgraça” (Cap. XX, p. 238).

Mas já é tarde. Amâncio encontra-se numa situação complicada demais para deixar-se tomar de enleios amorosos. E, quando recebe, na prisão, a ardorosa carta de Hortênsia junto com a carta em que Campos lhe retira a amizade e o apoio, fica enraivecido: “Fosse para o inferno com suas adorações! Diabo da pamonha! ‘Que o esperava de braços abertos!’ Era quanto podia ser! Aquilo até lhe cheirava a debique! Aquilo parecia um insulto à sua desgraça, à sua terrível posição!” (Cap. XX, p. 240).

Se, com o triunfo e a libertação de Amâncio, Amélia e seu irmão encontram-se desonrados e desamparados de vez, houve um tempo em que muito proveito ela tirara dessa relação. Começara aos poucos a entrar na vida do estudante de Medicina: “[...] se derramava por todo ele, sem Amâncio dar por isso; invadia-o sutilmente, como um bicho que entra na carne” (Cap. XIV, 176). Conseguiu que o amante, paulatinamente, arcasse com as despesas da casa de pensão, e, mais tarde, instruída pela cunhada e pelo irmão, obteria uma nova casa, onde todos estariam mais confortáveis e não precisariam de hóspedes. Chegara ao ponto de adverti-lo contra certos aproveitadores:

[...] fazia-se muito ligada aos menores interesses do amigo: queria saber o que ele gastava por fora, com quem estivera; reprovava-lhe certas relações, certas companhias “que não punham ninguém pra diante”, e aconselhava-o a que se não descuidasse de outras que lhe podiam ainda vir a servir; pregava-lhe sermões a respeito de economias. “O mundo estava cheio de espertos: ele que desconfiasse de todos; cada um só procurava chamar a brasa para a sua sardinha!” Queria estar a par de como iam os negócios do amante na província. “Se o dinheiro ficara em boas mãos; se não havia risco de uma quebra ou alguma ladroeira.” E, muito egoísta, muito mulher, muito agarrada ao que lhe pertencia, desde Amâncio até ao pó de suas gavetas, fazia justamente como fazem os sócios comerciais que, parecendo tratar dos interesses abstratos de uma firma, estão mas é tratando dos próprios interesses (Cap. XVII, p. 204).

Amélia tece sua teia de poder em volta do amante. Consegue, com muito charme e um pouco de jeito, arrancar o que quer do rapaz. Porém, a relação entre os dois, muito fácil e sem barreiras, começa a desgastar-se. Cansado de Amélia e revoltado com a exploração por parte dela, do irmão e da cunhada, Amâncio resolve voltar para a província. Como sabe que Amélia jamais o deixaria ir sem estar casado com ela, o rapaz planeja uma fuga, que

será mal-sucedida. É preso sob a acusação de ter desvirtuado Amélia, mas logra absolvição. João Coqueiro, com o pouco de dignidade que lhe resta, então, resolve vingar não a irmã, mas a si mesmo, e mata Amâncio.

A figura de Amélia, no romance, representa a Corte, as casas de pensão, a vida devassa e cheia de vícios. Amâncio procura essa vida, anseia por ela enquanto está na província. Quando a tem, é arrastado, subjugado e acaba por sucumbir. Quando vivo, a esperança de uma vida melhor está na província, a qual é associada à figura de uma mulher: D. Ângela.

6.2 Exaltação à maternidade

D. Ângela é a mãe extremosa de Amâncio. Na infância, era o refúgio do garoto medroso, atormentado pela figura de um pai distante e autoritário. Quando Amâncio cresce e vai estudar na Corte, D. Ângela torna-se a melhor e mais pura das recordações que o filho guarda da província. Compara-a a uma santa em seu altar. Não é por acaso que seu nome relaciona-se a anjo, angelical. É descrita, inclusive, como “uma santa de cabelos brancos e rosto de moça” (Cap. II, p. 23).

Da mesma forma que é idealizada pelo filho, Ângela tem o rapaz na mais alta conta. Amâncio era e continua a ser, mesmo crescido, “seu querido filho, [...] criaturinha fraca, delicada, um mimo de inocência e de graça, um anjinho que ela afagara com tanta ternura e com tanto amor, que ela podia dizer criada com os seus beijos” (Cap. II, p. 23).

É uma mulher submissa, mas não raro abandonava essa condição para enfrentar o marido quando pensava que este pudesse fazer mal ao menino. Ela e o filho sempre foram cúmplices, aliados contra a opressão do

velho Vasconcelos. O amor que este não soubera exprimir nem pela esposa nem pelo filho é substituído e compensado na relação entre D. Ângela e Amâncio. É uma relação edípiana, quase proibida, visto que para Amâncio

a própria idéia de sua mãe nunca lhe vinha só; havia sempre ao lado da venerada imagem alguma recordação enfadonha e constrangedora. As poucas vezes em que estavam juntos, o pai chegava no melhor da intimidade e Ângela se retraía, cortando em meio as carícias do filho, como se as recebera de um amante, em plena ilegalidade do adultério (Cap. IV, p. 56).

Com muito pesar, Ângela arrumara pessoalmente a bagagem do filho que parte para a Corte. Não consegue imaginar-se sem Amâncio junto de si, chega até mesmo a adoecer no dia da viagem. Sua oposição à partida do filho é tamanha, que parece pressentir o trágico final do rapaz no Rio de Janeiro.

[...] fazia-se forte: jurava que não “não era egoísta” que “não seria capaz de cortar a carreira de seu filho”; mal, porém, o marido lhe dava as costas, voltava-lhe a fraqueza: vinham-lhe as lágrimas, tornavam as agonias. Por vezes, no meio do jantar, enquanto os outros riam e conversavam, ela, que até aí estivera a pensar, abria numa explosão de soluços e retirava-se para o quarto, aflita, envergonhada de não poder dominar aquele desespero. Outras vezes, acordava por alta noite, a gritar, a debater-se, a reclamar o filho, a disputá-lo contra os fantasmas do pesadelo (Cap. II, p. 33).

A descrição que dela faz o narrador, seus anseios, sobressaltos, o instinto maternal exacerbado, remete, novamente, à concepção de mulher na época. Traços como emotividade, subjetividade, fragilidade, submissão e ausência da razão sempre estiveram ligados ao universo feminino. O instinto

maternal era considerado a força de uma mulher, qualidade inata, aliado a seu único poder: dar à luz.

O fato de conceber, devotar ao filho um amor incondicional, ser abnegada, aproximava a mulher da santidade. Sua vida, a partir do instante em que se tornava mãe, era colocada de lado, em segundo plano, para acompanhar a vida do filho.

A idéia de a mulher não ter vida própria em virtude do nascimento de um filho ainda está presente na atual sociedade brasileira. Mudanças ocorreram, novas opiniões tem sido formadas, mas o processo é lento. Alguns estereótipos, entre os quais o de mãe abnegada, têm sido apenas rasurados, não desconstruídos.

A esse respeito, Quintaneiro observa que “essa ideologia afirmava que ser mãe era, além do destino natural da mulher, o estado mais alto e nobre que ela poderia alcançar, acabando por transformar-se na própria razão da existência feminina” (1996, p. 109). Não se pode esquecer que essa nobre condição da mulher, a maternidade, aproximava-a do conceito de nação, colocando-a como um de seus símbolos mais significativos.

Comentava-se, em capítulo anterior, que a representação da identidade nacional para os românticos estava firmemente atrelada à imagem da mulher-mãe, terra fértil, que daria à luz os futuros membros da nação. Com o passar do tempo, essa imagem não sofreu grandes alterações; pelo contrário, foi mantida principalmente pelos positivistas, para os quais a mulher era a única responsável pela educação dos meninos, os futuros líderes e homens fortes do país, e das meninas, as futuras matrizes da nação.

Essa concepção sacralizadora (Bernd, 2003) proveniente do período romântico é confirmada pelo naturalista Aluísio Azevedo na figura de Ângela. Ela é a nação da qual o filho se afasta. As realidades representadas pelas figuras femininas nesse romance são distintas: a província e a Corte.

Embora não haja sequer um encontro, há tensão entre Ângela e Amélia na trama. A mãe, que já não mais possui o companheiro, deseja ardorosamente a volta do filho; a amante, por sua vez, não quer que o rapaz volte porque sabe que será abandonada.

Se Amélia leva vantagem por ter Amâncio junto a si, Ângela, além de ser a mãe idolatrada do estudante, representa a terra natal e a boa vida que o rapaz teria e queria de volta. Amélia não é mãe, nem mesmo consegue sê-lo, ainda que fosse conveniente a seus planos de casar-se com Amâncio. O irmão da jovem, por vezes, exasperava-se:

Segundo seus cálculos, a irmã, por aquela época, já deveria estar pejada: circunstância esta que daria oportunidade a um escândalo, de antemão, preparado, forçando Amâncio a “reparar sua falta”.

E, no entanto, Amelinha “nada de aviar”! [...]

– Era sempre assim!... pensava ele enraivecido. – Se não precisássemos de um filho é que os pestinhas haviam de aparecer aí de enfiada! (Cap. XVIII, p. 212-213).

Coqueiro, não se pode esquecer, foi o grande mentor do plano de atrair Amâncio para a casa de pensão a fim de usufruir de seus bens. Amélia foi usada como isca e, conseqüentemente, prostituída em benefício alheio. Portanto, Amélia, assim como Lúcia, encaixa-se no perfil da mulher prostituta, sedutora e mundana, em claro contraste com Ângela e Hortênsia, consideradas mulheres exemplares e respeitáveis.

Contudo, deve ficar claro que, embora tais perfis sejam opostos – mulher-anjo e mulher-prostituta –, eles fazem parte do universo feminino. São características tidas como inerentes à mulher, a qual carrega, de maneira paradoxal, a santidade da maternidade e todo o pecado do mundo.

Em *Casa de pensão* não há vítimas. O narrador mostra claramente que não há ingenuidade ou ignorância nas personagens envolvidas na trama. Amélia não é a donzela ingênua da mesma maneira que Amâncio não

é o provinciano ignorante. Entre os dois ocorre uma relação que não é baseada no amor, pois Amâncio a quer para saciar seus desejos, enquanto ela o quer para ter uma vida decente, respeitável, por meio do casamento. O que ocorre, então, é uma relação comercial, já que a moça adquire *status* de mercadoria nas mãos do irmão e da cunhada:

No seu entendimento mercantil de locandeira, Amâncio não aparecia “como isto ou como aquilo” representava pura e simplesmente “um bom arranjo”. Ali não havia favores, havia negócio, ninguém ficava a dever obrigações. – Ele despendia tanto em dinheiro, mas recebia em carícias e bom trato um valor correspondente. – Estavam quites! [...] Quanto à posição de Amélia, Mme. Brizard a dava por natural e coerente. Não via na cunhada uma vítima ou coisa que o valha, mas tão-somente um membro solidário naquela empresa, envidando os esforços de sua competência para o comum interesse da associação (Cap. XVIII, p. 213).

Todavia, aos olhos da família de Amélia, uma das partes do acordo não é cumprida, pois o rapaz não se casa com a jovem. No entender de Amâncio, uma vez que ambas as partes estão satisfeitas, o melhor é cada um seguir seu caminho sem criar problemas.

É justamente o que trata de fazer. Verifica-se que o rapaz está posicionado entre Amélia e D. Ângela e é objeto de desejo das duas. Porém, morre e não pertence mais a nenhuma delas.

Tal situação pode ser interpretada de diferentes formas. Em primeiro lugar, pode-se dizer que a morte é a penalidade sofrida pelo afastamento da província, da terra-mãe. Em segundo lugar, é possível ver Amâncio como um filho degenerado, fruto de uma má criação. Nesse caso, a culpa das falhas do rapaz recairia sobre a mãe, responsável por sua educação. Uma última possibilidade, mais de acordo com os ditames naturalistas, seria ver Amâncio como indefeso, contaminado pelas corrupções e perversões da Corte, um

mundo que não era o seu, vencido por um sistema que lhe era desconhecido e que não foi apreendido por ele.

7 A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA EM O CORTIÇO

7.1 Vencedores e vencidos

O objetivo deste estudo apóia-se, principalmente, na maneira como Aluísio Azevedo vê a mulher enquanto parte da sociedade, representante da nação. Procura-se saber se o autor confirma a visão sacralizadora e mitificadora em relação à mulher ou se pretende problematizar e conscientizar o leitor, ainda que nas entrelinhas, a respeito dessa concepção. Tudo isso é feito, obviamente, pela leitura crítica e interpretativa de seus romances, buscando comparar a “realidade fictícia” da obra com o meio social brasileiro.

A sociedade patriarcal do século XIX tinha regras de comportamento e conduta bem específicas para a mulher. Da mesma forma, esperava-se que ela se encaixasse em determinado padrão preestabelecido, no qual assumia, invariavelmente, posição de inferioridade em relação ao homem. Ao analisar as personagens femininas de Aluísio Azevedo – todas inseridas em narrativas que se desenvolvem no século em questão – o leitor percebe que essas mulheres “inventadas” também seguem um determinado padrão, o qual pode confirmar ou questionar os valores e concepções a respeito da mulher da época.

Verificou-se que, por exemplo, no romance *Casa de pensão*, o autor naturalista confirma o mito da mulher-mãe, símbolo da nação, surgido no Romantismo. A figura da “mãe gentil” dos cidadãos da “pátria amada” foi reafirmada e sustentada, mais tarde, pelos positivistas, cujos ideais eram compartilhados por ele. Aluísio Azevedo também confirma, nessa obra e em *O mulato*, as idéias machistas e os tratados científicistas a respeito da histeria feminina, causada sobretudo pela suposta frustração da mulher que não se casa, ou o faz tardiamente, nem tem filhos.

A crítica considera que os melhores trabalhos de Aluísio Azevedo são aqueles que apresentam grupos sociais, personagens que interagem. Em *O mulato*, isso acontece na reconstituição da sociedade maranhense, provinciana e escravocrata. Em *Casa de pensão*, conforme o título da obra, o autor aborda a questão da vida e das relações pessoais nas moradias comuns. Contudo, é em *O cortiço* que Aluísio executa com maestria a reunião das personagens, o estudo da comunidade humana.

Pereira, que acredita ser *O cortiço* a obra-prima desse autor, comenta que “essa visão panorâmica parece constituir a grande qualidade de Aluísio Azevedo como romancista, esse poder de fixar as coletividades representa a sua maior contribuição para o nosso romance” (1988, p. 151). Bosi, nesse aspecto, faz eco às suas palavras:

Só em *O cortiço* Aluísio atinou de fato com a fórmula que se ajustava ao seu talento: desistindo de montar um enredo em função de *pessoas*, ateu-se à seqüência de descrições muito precisas onde cenas coletivas e tipos psicologicamente primários fazem, no conjunto, do cortiço a personagem mais convincente do nosso romance naturalista. Existe o quadro: dele derivam as figuras (1994, p. 190. Grifo do autor original).

Pode-se dizer que *O cortiço* é um romance sobre vencedores e vencidos. É sobre aqueles que estão no alto, lucram com o trabalho alheio,

adquirem o que desejam, e aqueles que labutam sem parar, cujas vidas relacionam-se a outras existências vencidas, e que se debatem no mesmo plano limitado, sem dar um passo além. De acordo com o famoso preceito de Darwin a respeito da sobrevivência das espécies, os mais fracos são subjugados e devorados pelos mais fortes. No cortiço e na sociedade não é diferente.

Nesse meio em que seres humanos são reduzidos ao nível de animais e onde impera a lei da selva, o escritor põe em destaque diversas personagens femininas e, por meio delas, rasura asserções sobre o feminino tidas como legítimas e verdadeiras naquele tempo. Em virtude do grande número de figuras femininas construídas pelo autor e presentes nessa obra, serão analisadas com mais atenção apenas três: Estela, Bertoleza e Rita Baiana. Isso porque se prestam melhor aos objetivos deste estudo devido à grande expressividade e às possibilidades de relações que podem ser feitas com a idéia de nação.

Antes, porém, é imprescindível uma breve análise do ambiente e do enredo da obra, baseando-se no atento olhar do narrador onisciente. O romance inicia-se com a história de João Romão, português ambicioso e sem escrúpulos, que, de empregado que era, torna-se dono do grande cortiço de São Romão. Junto ao cortiço, em um sobrado, igualmente prosperava Miranda, que para lá se mudara com sua família. Miranda também era um negociante português, mas, diferentemente do vizinho vendeiro, pertencia a uma classe superior, sobretudo pelo trato e pela educação. João Romão tinha grande inveja do vizinho, a quem gostaria de se assemelhar. Dinheiro para tanto não lhe faltava, pois além da venda e do negócio das casinhas de aluguel, o homem era dono de uma pedreira.

Nesse espaço, a história desenvolve-se. E mais que ambiente, como assinala Bosi (1994), o cortiço transfigura-se em uma grande e concreta personagem, movimentado pelas ações e relações daqueles que o

habitavam: “eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas” (Cap. III, p. 35). Era o momento de sair para ganhar o pão de cada dia, como faziam os trabalhadores brasileiros e portugueses, ou de realizar as tarefas ali mesmo, tal qual as lavadeiras que viviam em grande número no cortiço. Todos saíam de seus “casulos” para cumprir suas obrigações.

No cortiço São Romão, havia gente humilde e trabalhadeira, pertencente à baixa camada da população. Assim também eram os moradores do cortiço rival, o “Cabeça de gato”. Aos poucos, junto com a evolução social de João Romão, seu cortiço cresce e desenvolve-se, dando lugar à “Avenida São Romão”. Com uma aparência mais cuidada e ordeira, o cortiço de João Romão passa a abrigar uma nova ordem de gente, enquanto a população miserável procura lugar no “Cabeça de gato”, que, conforme o narrador,

à proporção que o São Romão se engrandecia, mais e mais ia-se rebaixando acanalhado, fazendo-se cada vez mais torpe, mais abjeto, mais cortiço, vivendo satisfeito do lixo e da salsugem que o outro rejeitava, como se todo o seu ideal fosse conservar inalterável, para sempre, o verdadeiro tipo da estalagem fluminense, a legítima, a legendária, aquela em que há um samba e um rolo por noite, aquela em que se matam homens sem a polícia descobrir os assassinos, viveiro de larvas sensuais em que irmãos dormem misturados com irmãs na mesma lama, paraíso de vermes, brejo de lodo quente e fumegante, donde brota a vida brutalmente, como de uma podridão (Cap. XXII, p. 202).

É constante a comparação do cortiço à lama, ao lodo, a um viveiro, no qual se desenvolvem e se nutrem vermes e larvas. Do mesmo modo, ocorre diversas vezes a despersonalização dos moradores do cortiço, por meio da atribuição de características animais às criaturas: uma tem “olhos luxuriosos

de macaca”; outro, olhar humilde como “de um boi de canga”, ou ainda um “pescoço de touro”.

Embora reduzidos à condição de insetos e vermes, os habitantes do cortiço São Romão eram tipos bem diversos, com as mais variadas histórias, tendo em comum apenas a baixa condição social. Lá estavam Leandra e seus filhos Ana das Dores, Nenen e Agostinho; Augusta, mulher do mulato Alexandre, que era soldado de polícia; Leocádia, portuguesa leviana, esposa do ferreiro Bruno; Paula, uma cabocla velha e feia a quem chamavam de “Bruxa”; Marciana e a filha Florinda, ambas mulatas; Dona Isabel e sua filha Pombinha, “a flor do cortiço”; Albino, sujeito efeminado que trabalhava ao lado das lavadeiras. A essas personagens juntam-se as histórias de João Romão e Bertoleza, Rita Baiana e Firmo, Jerônimo e Piedade de Jesus e todas as demais histórias que surgem das ligações dessas personagens umas com as outras. O cortiço é palco de triângulos amorosos, cenário de mortes, berço de prostitutas.

7.2 O universo feminino em diferentes cores

A tudo isso observam, numa posição privilegiada, Miranda e sua família. O comerciante de fazendas representa o burguês que almeja aristocratizar-se. Formavam sua família a esposa, Dona Estela, e a filha do casal, Zulmira. Havia também os agregados: o velho parasita Botelho e o jovem Henrique, que viera terminar na Corte os exames preparatórios a fim de estudar Medicina.

Miranda e Estela possuíam uma relação bastante interessante, embora não singular. Ela, “uma mulherzinha levada da breca”, casara-se

apenas porque era conveniente que uma mulher de sua posição o fizesse. “Achava-se casada havia treze anos e durante esse tempo dera ao marido toda sorte de desgostos” (Cap. I, p. 19). Ele, por sua vez, encontrava-se preso à esposa em razão do dote que ela trouxera e que garantira sua casa comercial. O português “pensara fazer-se senhor do Brasil e fizera-se escravo de uma brasileira mal-educada e sem escrúpulos de virtude!”. Estela lhe proporcionara dinheiro e prestígio. O comerciante até reconhecia que “enriquecera um pouco, é verdade, mas como? a que preço? hipotecando-se a um diabo, que lhe trouxera oitenta contos de réis, mas incalculáveis milhões de desgostos e vergonhas!” (Cap. II, p. 27). O divórcio não era adequado na posição em que ambos se encontravam. Ademais, seria sempre um escândalo.

A figura de Estela mostra algumas divergências no que concerne ao comportamento da mulher de classe alta daquela época, para quem o único caminho viável era o casamento e de quem o marido era dono e senhor. Miranda não parece estar, de maneira nenhuma, em posição de superioridade no casamento. Pelo contrário, uma vez que se reconhece escravo da esposa. Ambos desprezavam-se, mas aturavam-se. Nem mesmo o nascimento de Zulmira serviu para aproximá-los: “Estela amava-a menos do que lhe pedia o instinto materno por supô-la filha do marido, e este a detestava porque tinha convicção de não ser seu pai” (Cap. I, p. 19).

Estela é a mulher rica e bem-nascida que, mesmo estando ligada ao marido, é independente e não se submete a ele. Longe do ideal de mãe e esposa, dá-se até mesmo a liberdade de praticar adultério, sem se importar com as conseqüências de seus atos. Seu oposto, na obra, é Bertoleza.

Bertoleza era uma quitandeira que fornecia comida, mediante pagamento, a João Romão, o qual, nessa época, já era dono da venda. Era uma “crioula trintona, escrava de um velho cego residente em Juiz de Fora e amigada com um português que tinha uma carroça de mão e fazia fretes na

cidade” (Cap. I, p. 15). Quando o amigo da quitandeira morreu, João Romão, movido pelo interesse, aproximou-se dela, passou a tomar conta de suas finanças, fez-se seu confidente e, finalmente, seu “companheiro”.

O ambicioso português empregou em benefício próprio as economias da negra e mentiu-lhe que havia comprado sua liberdade, que ela fora alforriada. Bertoleza, assim, ficou ainda mais agradecida e dedicada a João Romão.

Tudo o que o vendeiro conquistou ao longo do tempo, em grande parte, foi graças ao esforço de Bertoleza. A pobre trabalhava arduamente, levava uma vida de animal de canga, pensando que no futuro ela e o amigo iriam desfrutar juntos de tudo que conquistaram. A gratidão tornava-a cega, impedia-a de ver que não estava liberta, apenas mudara de dono, pois João Romão acumulava riquezas às custas dela e, nem de longe, imaginava-a em seus planos.

A partir do instante em que percebeu que apenas amontoava lucros e levava uma existência de privações, o dono da pedreira tratou logo de mudar de vida: comprou roupas finas, aprendeu boas maneiras, abandonou seu lugar junto ao balcão da venda, adquiriu móveis mais requintados e confortáveis e passou a almejar um bom casamento. Aliou-se a Botelho que, com certa influência sobre D. Estela e Miranda, conseguiu abrir-lhe as portas do sobrado a fim de aproximá-lo da pálida Zulmira.

Todas essas alterações aconteciam diante dos olhos da negra, que sabia que o amigo a considerava empecilho para o casamento. Após tantos anos de trabalho pesado, jamais admitiria que João Romão se desfizesse dela como de um traste inútil. Expôs-lhe seu pensamento e deixou-o deveras preocupado.

Uma vez conhecida a inflexibilidade de Bertoleza, livrar-se dela tornou-se o principal objetivo de João Romão e do parasita Botelho. Enxergava-a como uma grande e negra nódoa que maculava seu futuro

brilhante e promissor. Pensava até mesmo em matá-la, mas, estranhamente, não tinha coragem para isso.

A solução de seu problema aparece no final do romance, em uma cena chocante e bastante realista. João Romão, ladeado por Botelho, encontra o antigo dono de Bertoleza e entrega-a a ele. A negra, que não se resignaria a outro período de escravidão, suicida-se. A ironia final – totalmente desnecessária, na visão de Pereira (1988) – é dada com a aparição de um grupo de abolicionistas que vem entregar a João Romão o diploma de sócio benemérito da entidade.

O fascínio da negra em relação ao português é explicado pelo narrador com base nas teorias raciais, no determinismo presente na época, segundo o qual a raça branca era considerada superior às demais raças:

Ele propôs-lhe morarem juntos e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua (Cap. I, p. 16).

Bertoleza é mulher, escrava, negra e pobre. É difícil não a associar a uma grande parcela da população escrava com a qual o Brasil contava em idos de 1890. A Abolição da escravatura acontecera e, ainda que nem todos os cativos tivessem sido libertos, havia uma significativa comunidade de negros livres e mulatos. Contudo, conforme afirma Brookshaw, “o indivíduo negro poderia ser superior [numericamente] ao indivíduo branco, mas o Brasil permaneceria, sem discussão, um país governado por brancos” (1983, p. 43).

Aluísio Azevedo e vários outros escritores e críticos que faziam parte da elite intelectual brasileira no século XIX aceitavam como verdadeiras as teorias européias que pregavam a superioridade racial dos brancos. Acreditavam ainda que a população negra era responsável pelo atraso do

país. A preocupação maior, assim, girava em torno de uma possível solução para o problema da predominância do sangue africano e da miscigenação em território brasileiro.

Brookshaw (1983), ao analisar os estereótipos do negro na literatura de escritores brancos, comenta que algumas dessas teses vindas da Europa apresentavam diferenças em relação ao tratamento dado à questão do negro. Os positivistas, embora em sua maioria fossem preconceituosos, possuíam uma atitude conciliatória em relação ao negro. Atribuíam características às raças e estavam mais propensos a explicar a inferioridade do negro por meio desses traços. Segundo eles, os negros eram afetivos e dependentes, ocupando na sociedade a mesma posição que a mulher ocupava na família.

Os evolucionistas, por sua vez, consideravam a raça fator primordial de desenvolvimento e não hesitaram em concluir que a população negra e mista estava condenando o Brasil ao subdesenvolvimento. A única saída seria purificar a população com o *branqueamento*. Para isso, dois métodos seriam possíveis. Em primeiro lugar, acreditavam que o negro estava inevitavelmente fadado a perecer na competição com o mais forte, o branco. Isso porque levavam em conta a teoria darwiniana de seleção natural e a ética liberal de Spencer da “sobrevivência dos mais capazes”. Em segundo lugar, viam na emigração branca em quantidade suficiente uma alternativa viável para branquear a população tanto física quanto psicologicamente.

Aluísio Azevedo, em *O cortiço*, parece partilhar tanto da ideologia racial positivista quanto da tese evolucionista. Bertoleza encarna a escrava submissa e afetiva, fiel e devotada ao branco:

adorava o amigo, tinha por ele o fanatismo irracional das caboclas do Amazonas pelo branco a que se escravizam, dessas que morrem de ciúmes, mas que também são capazes de matar-se para poupar ao seu ídolo a vergonha

de seu amor. O que custava aquele homem consentir que ela, uma vez por outra, se chegasse para junto dele? Todo o dono, nos momentos de bom humor, afaga o seu cão... (Cap. XIX, p. 173).

Por outro lado, o autor expressa a convicção de que a raça branca teria supremacia sobre a raça negra. Bertoleza, ao suicidar-se, no final do romance, mostra-se subjugada, aniquilada. O português João Romão finalmente consegue ver-se livre da negra que somente era boa para trabalhar ao seu lado, não para ser sua esposa. Atenta-se para o fato de que, na concepção do vendeiro, “Bertoleza devia ser esmagada, suprimida, porque era tudo de mau que havia na vida dele” (Cap. XX, p. 189).

Na visão do narrador, o português não poderia viver e ter filhos com uma negra: “Ainda bem que não tinham filhos! Abençoadas drogas que a Bruxa dera à Bertoleza nas duas vezes em que esta se sentiu grávida” (Cap. XIII, p. 138). Ele buscaria sua semelhante, uma brasileira branca e aristocrática, “a pálida mocinha de mãos delicadas e cabelos perfumados” que drasticamente contrastava com a crioula “feia, gasta, imunda, repugnante, com o coração eternamente emprenhado de desgostos que nunca vinham à luz” (Cap. XXI, p. 189).

Ao lado da imagem do negro passivo e fiel escravo, Alúcio Azevedo colocou a mulata lasciva, sensual, caprichosa e senhora de si. A figura de Rita Baiana reforça um outro estereótipo presente na Literatura Brasileira: a mulata como ser imoral, reflexo e produto da abundante natureza do país.

Rita Baiana, na trama, constitui a razão da decadência da vida de Jerônimo e da morte de Firmo. Sua entrada no cortiço, após a apresentação das demais personagens, é triunfal: “Um acontecimento, porém, veio revolucionar alegremente toda aquela confederação da estalagem. Foi a chegada de Rita Baiana, que voltava depois de uma ausência de meses [...]” (Cap. VI, p. 57). É uma mulher feiticeira, que encanta e atrai a todos:

Cercavam-na homens, mulheres e crianças; todos queriam novas dela. Não vinha em traje de domingo; trazia casaquinho branco, uma saia que lhe deixava ver o pé sem meia num chinelo de polimento com enfeites de marroquim de diversas cores. No seu farto cabelo, crespo e reluzente, puxado sobre a nuca, havia um molho de manjeriço e um pedaço de baunilha espetado por um gancho. E toda ela respirava o asseio das brasileiras e um odor sensual de trevos e plantas aromáticas. Irrequieta, saracoteando o atrevido e rijo quadril baiano, respondia para a direita e para a esquerda, pondo à mostra um fio de dentes claros e brilhantes que enriqueciam a sua fisionomia com um realce fascinador (Cap. VI, p. 58).

Rita Baiana não é submissa como Bertoleza nem dada a convenções sociais como Estela. Também é estranha ao padrão de comportamento feminino do século XIX. Parece ser um tipo de mulher à parte na sociedade, pois é independente e amoral e não é condenada por isso. Para Brookshaw, “ela é a típica heroína naturalista cuja composição biológica domina o comportamento” (1983, p. 45). Da mesma forma que Bertoleza, Rita é atraída pelo branco português. Contudo, diferentemente da crioula, ela seduz e conquista, não é de modo algum repudiada:

[...] desde que Jerônimo propendeu para ela, fascinando-a com a sua tranqüila seriedade de animal bom e forte, o sangue da mestiça reclamou os seus direitos de apuração, e Rita preferiu no europeu o macho de raça superior. O cavouqueiro, pelo seu lado, cedendo às imposições mesológicas, enfarava a esposa, sua congênere, e queria a mulata, porque a mulata era o prazer, era a volúpia, era o fruto dourado e acre destes sertões americanos, onde a alma de Jerônimo aprendeu lascívia de macaco e onde seu corpo porejou o cheiro sensual dos bodes (Cap. XV, p. 151).

O português em questão é um empregado da pedreira de João Romão, que vai viver no cortiço com a esposa, também portuguesa, Piedade

de Jesus. O casal tinha uma filhinha pequena, a qual passava a maior parte do tempo no colégio. Desde a primeira aparição de Jerônimo na história, o narrador trata de enfatizar suas qualidades: era um homem forte, trabalhador, honesto, diligente, companheiro, perseverante e observador. Tanto ele quanto a esposa cultivavam hábitos simples, de sua terra. Toda essa caracterização compõe um quadro de paz e harmonia que será revirado com a chegada de Rita Baiana.

A atração pela mulata acontece imediatamente. Porém, há um obstáculo: o amante de Rita, Firmo. Firmo também é mulato e, segundo a ideologia racial evolucionista, é inferior a Jerônimo, o branco, o qual está melhor equipado na luta pela sobrevivência porque possui as qualidades indispensáveis para viver sob a lei da selva. Logo, não é de se admirar quando Firmo é atraído a uma praia solitária e espancado até a morte.

Mesmo antes da morte do rival, inicia-se em Jerônimo um processo de transformação: ele começa a abrasileirar-se por influência da mulata, legítima nativa do Brasil. A mudança desencadeia-se através da música brasileira:

Jerônimo alheou-se de sua guitarra e ficou com as mãos esquecidas sobre as cordas, todo atento para aquela música estranha, que vinha dentro dele continuar uma revolução começada desde a primeira vez em que lhe bateu em cheio no rosto, como uma bofetada de desafio, a luz deste sol orgulhoso e selvagem, e lhe cantou no ouvido o estribilho da primeira cigarra, e lhe acidulou a garganta o suco da primeira fruta provada nestas terras de brasas, e lhe entonteceu a alma o aroma do primeiro bogari, e lhe transtornou o sangue o cheiro animal da primeira mulher, da primeira mestiça, que junto dele sacudiu as saias e os cabelos (Cap. VII, p. 71-71).

Sua relação com Rita, aos olhos do narrador é condenável, pois Jerônimo, ao tomar parte da cultura e dos hábitos brasileiros, começa a degenerar-se, a trocar suas qualidades por defeitos. Com o tempo,

abandona a esposa, não paga o colégio da filha, não cumpre mais seus deveres. A natureza luxuriosa encarnada por Rita Baiana o leva aos vícios e à ruína. A mulata com movimentos de “cobra amaldiçoada”, o envenena, entontece e faz com que ele esqueça de sua terra natal. Segundo o narrador, “o curioso é que quanto mais ia ele caindo nos usos e costumes brasileiros, tanto mais os seus sentidos se apuravam, posto que em detrimento de suas forças físicas” (Cap. IX, p. 86).

Rita Baiana é uma das personagens mais representativas da Literatura Brasileira. É associada diretamente à natureza do país, enquanto Bertoleza representa uma raça oprimida e Estela, a aristocracia decadente. Todavia, apesar de simbolizar a exuberante flora brasileira tal qual as heroínas românticas, a mulata concebida por Aluísio Azevedo não é abnegada, maternal e dependente como queria a sociedade patriarcal. Ela é, assim como Bertoleza e Estela, fruto do meio, da nação da qual é imagem, que, antes de tudo, é marcada pela diferença.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o século XIX, quando o sistema patriarcal imperava na sociedade, o universo feminino era ofuscado e regido por valores ditados por homens. A mulher não tinha direito a votar ou manifestar sua opinião publicamente num tempo em que os espaços eram definidos e as fronteiras pareciam ser intransponíveis. Sua ação limitava-se ao âmbito privado, ao lar, do qual era soberana pelo menos no que se referia aos filhos e aos afazeres domésticos.

Contudo, via-se engrandecida e valorizada por todos ao assumir o seu mais importante papel: mãe. No momento em que gerava uma vida, sua própria vida era alçada a uma condição inferior, pois esperava-se de uma mãe a adoção de uma postura abnegada e submissa. Sua felicidade e realização pessoal estavam irremediavelmente associadas à vida dos filhos.

Essa imagem santificada, com ares de mártir, que abre mão da própria vida em benefício alheio, foi imortalizada na literatura brasileira do período romântico, na qual a mulher-mãe assumiu status de símbolo da nação. No Romantismo, encontra-se a Iracema, de José de Alencar, a índia cuja beleza é associada à exuberância da natureza local, digna representante do surgimento da nação brasileira a partir da mistura do sangue do colonizado com o sangue do colonizador português.

Com o passar do tempo e a aceitação de novos traços na literatura produzida no país, a imagem manteve-se e foi sacralizada. A mulher ainda era tida como representante da nação, embora sua posição na sociedade não lhe fosse favorável.

Os ventos que trouxeram o movimento realista/naturalista da Europa até o Brasil vieram impregnados de inovações e descobertas científicas e filosóficas que influenciaram a elite intelectual do país. A doutrina positivista angariava cada vez mais adeptos preocupados em praticar e disseminar as idéias do francês Auguste Comte. Na esteira do Positivismo, iam novas teorias, algumas das quais calcadas num elemento considerado crucial para a formação da identidade de uma nação: a raça.

Assim, foi proposto, neste estudo, a análise de personagens femininas de Aluísio Azevedo como representação da identidade nacional. Num período em que a questão racial estava em debate e que a mulher, apesar de ocupar posição subalterna, ainda era a imagem ao país, Aluísio Azevedo por meio de personagens femininas como Ana Rosa, de *O mulato*, Amélia e Ângela, de *Casa de pensão*, Estela, Rita Baiana e Bertoleza, de *O cortiço*, retratou a situação da mulher e dedicou-lhe importante espaço em seus romances. Além disso, trouxe à luz em suas obras algumas teses científicas e filosóficas a respeito da constituição do povo brasileiro.

No romance que inaugurou o Naturalismo Brasileiro, *O mulato*, Aluísio descreve as reações da sociedade maranhense ao receber em seu seio o jovem mestiço Raimundo. Ademais, expõe na figura romântica e ao mesmo tempo histórica de Ana Rosa, os anseios e aspirações da típica donzela do século XIX, cuja vida era centrada num vantajoso casamento e, conseqüentemente, na maternidade. Na história de amor entre os dois, estão entremeadas teses deterministas e evolucionistas, expressando a crença de que a mistura de raças enfraquecia um povo, condenando-o ao fracasso.

Em *Casa de pensão*, o enredo é mais apropriado para a discussão da influência do meio – a nação brasileira – sobre a formação da personalidade do indivíduo. O autor divide a trama em dois núcleos: a Corte e a província. No primeiro, reina Amélia, a donzela que comercializa sua virtude, explora e deixa-se usar. Para fazer o contraponto, na província há Ângela, mãe do protagonista, a mulher-anjo, santificada, que tem na maternidade sua fonte de grandes alegrias e tristezas. A supremacia do mais forte sobre o mais fraco ainda é a lei dessa sociedade, na qual o indivíduo deixa de ser humano para tornar-se coisa, objeto. Em relação à mulher, Aluísio Azevedo confirma a imagem feminina ambígua socialmente construída: a mulher frágil, delicada, bonita, submissa, doce, mas também pérfida e amoral.

Em *O cortiço*, as personagens femininas são mais vivas e independentes. Estela, por exemplo, encarna a mulher branca e rica, que longe de adotar uma postura submissa em relação ao marido, tem personalidade e força suficientes para subjugar-lo. Em direta oposição a Estela está Bertoleza, a preta quitandeira, oprimida e explorada por um português a quem admira e idolatra. Por meio dela, o autor reafirma a idéia de que o elemento de raça inferior tem atração pelo de raça superior. O mesmo acontece com Rita Baiana, a mulata que traz em si todas as características da natureza do Brasil. Rita é tomada de amores pelo português Jerônimo, o qual, à medida que vai estreitando sua relação com a mulata, abandona a força e as virtudes de seu caráter para assimilar traços negativos supostamente típicos do povo brasileiro.

A releitura dessas obras e a atenção especial voltada às mulheres fictícias de Aluísio Azevedo permite o conhecimento mais aprofundado da condição feminina, da sociedade e do Brasil do século XIX. Possibilita, também, um melhor entendimento do país no momento atual, no qual as mulheres obtêm conquistas e avanços, e mesmo que ainda existam resquícios do autoritarismo e do patriarcalismo de outros tempos, são

verdadeiramente cidadãs que não mais se limitam a ser imagem estática da nação. De representante da identidade nacional, a mulher, ao longo dos anos, passou a ser parte atuante, essencial para o desenvolvimento da nação brasileira.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Machado de. *Literatura brasileira: instinto de nacionalidade* (1873).

In: *Obras completas de Machado de Assis: Crítica Literária*. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1953.

AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. São Paulo: Ática, s/d.

_____. *Casa de pensão*. São Paulo: Ática, s/d.

_____. *O cortiço*. São Paulo: Ática, s/d.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*.

Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BELLEI, Sérgio Luiz Prado. *Nacionalidade e literatura: os caminhos da alteridade*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2003.

- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BROOKSHAW, David. *Raça & cor na literatura brasileira*. Tradução de Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A literatura no Brasil*. Vol. 4. 4. ed. São Paulo: Global, 1997.
- ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Imperial*. 6. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira I*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- MONTELLO, Josué. A ficção naturalista. In: COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A literatura no Brasil*. Vol. 4. 4. ed. São Paulo: Global, 1997.
- MOREIRA LEITE, Dante. *O caráter nacional brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.
- NYE, Andrea. Liberté, Egalité et Fraternité: Liberalismo e direitos das mulheres no século XIX. In: _____. *Teoria feminista e as filosofias do*

- homem*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Ventos, 1995.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da literatura brasileira: prosa de ficção*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1988.
- PIETRANI, Anélia Montechiari. *O enigma mulher no universo feminino machadiano*. Niterói: EdUFF, 2000.
- QUINTANEIRO, Tânia. *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar dos viajeros do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- RENAN, Ernest. What is a nation? IN: BHABHA, Homi. *Nation and narration*. London/New York : Routledge, 1994.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia da. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SOARES, Mozart Pereira. *O Positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: AGE/ Ed. da Universidade, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O Naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

ZILBERMAN, Regina. *A terra em que nasceste*: imagens do Brasil na literatura. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

_____. O Positivismo e a história da literatura brasileira. In: MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Histórias da literatura*: teorias, temas e autores. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.